

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA

**O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E A RELAÇÃO DISCURSIVA ENTRE OS
SUJEITOS NO ESPAÇO DE TRABALHO**

**CÁCERES - MT
2023**

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA

**O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E A RELAÇÃO DISCURSIVA ENTRE OS
SUJEITOS NO ESPAÇO DE TRABALHO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Linguística, sob a orientação do Professor Dr. Paulo César Tafarello.

**CÁCERES - MT
2023**

- O48o OLIVEIRA, João Paulo de.
O Assédio Moral no Trabalho e a Relação Discursiva entre os Sujeitos no Espaço de Trabalho / João Paulo de Oliveira – Cáceres, 2023.
105 f.; 30 cm.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.
Orientador: Paulo César Tafarello
1. Análise de Discurso. 2. Dispositivo Analítico. 3. Memória Discursiva. 4. Corpus e Corpora. 5. Assédio Moral. I. João Paulo de Oliveira. II. O Assédio Moral no Trabalho e a Relação Discursiva entre os Sujeitos no Espaço de Trabalho: .
CDU 81'42::34:331.101.37

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA

**O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E A RELAÇÃO DISCURSIVA ENTRE OS
SUJEITOS NO ESPAÇO DE TRABALHO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo César Tafarello
Orientador – PPGL/Unemat

Profa.Dr .Rosemar Regina de Oliveira– PPGL/Unemat

Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza – PPGL/Unemat

Prof.Dr.Marlon Leal Rodrigues – PPG/UEMS

Prof.Dr. Wedencley Alves Santana – PPG/UFJF

APROVADA EM: __/__/__

Ao meu pai Sebastião José de Oliveira e
à minha mãe Rita Elias Braga de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha companheira e esposa Alessandra Souza de Moraes, por ter me dado forças para continuar a jornada até a defesa desta tese.

Agradeço à minha família e, em especial, à minha mãe, ao meu pai, ao meu filho Lucas, que nunca duvidaram de minha capacidade e potencial, e sempre me incentivaram a estudar.

Agradeço também ao meu amigo, Prof. Dr. Paulo César Tafarello, que esteve sempre disposto a me orientar e ajudar na construção de conhecimento.

Aos professores da Universidade do Estado do Mato Grosso do *Campus* de Alto Araguaia, em particular à Profa. Dra. Cláudia Coelho (*in memoriam*).

Agradeço ao apoio do Núcleo de Análise de Discurso de Alto Araguaia (NEAD), ao Núcleo de Análise de Discurso de Campo Grande e ao Centro de Pesquisas em Análise de Discurso (Cepad).

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Santana de Souza, que, diversas vezes, incentivou-me, e continua a incentivar-me, a dar continuidade aos meus estudos; além disso, deu-me um pouco de seu tempo para a orientação do artigo de qualificação.

Aos meus companheiros de trabalho no Hospital Municipal de Alto Araguaia, os quais, nos momentos em que necessitei, colocaram-se disponíveis para trabalharem no meu lugar nas horas imprevistas durante o processo de construção desta tese.

RESUMO

A presente tese, desenvolvida no programa de Pós-graduação Linguística da Universidade do Estado do Mato Grosso - Unemat na concentração dos estudos dos processos linguísticos da Análise do discurso, procura compreender o assédio moral no espaço laboral por meio dos sujeitos e dos sentidos que se constituem nos processos de significação associados ao dispositivo analítico que irão determinar as variáveis da discursividade, através dos discursos dos assediados moralmente no trabalho. O assédio moral compreende um fenômeno tão complexo quanto recorrente e tem sido observado cada vez com mais naturalidade no ambiente de trabalho. Existem alguns fatores determinantes para uma ação ser enquadrada como assédio moral: a intenção do assediador, a duração e a frequência. Esse tipo de violência pode ser considerada a mais cruel, pois afeta de forma direta o aspecto psicológico do empregado agredido e traz consequências tão sérias quanto. Além de ser considerada complexa por englobar princípios de diversos âmbitos, tais como: ética, cultura, sociedade, política etc. Esta tese possui como objetivo geral analisar como se materializa discursivamente os depoimentos dos sujeitos assediados moralmente no trabalho a fim de identificar, por intermédio desses depoimentos jurídicos, a relação existente entre os sujeitos, espaços e sentidos e a constituição do dispositivo analítico na teoria da Análise de Discurso. Por seu turno, os objetivos específicos pretendem analisar os discursos de assédio moral dirigidos aos sujeitos assediados; analisar o quanto o assédio moral pode afetar inconscientemente os sujeitos ante a sua identidade, que é uma formação discursiva e ideológica; analisar como o assédio moral se materializa nos discursos dos assediados; e, finalmente, analisar a influência do assédio moral na relação dos sujeitos nos espaços de suas práticas. Como metodologia, pretende-se a partir dos discursos dos assediados moralmente no trabalho mapear as consequências psicológicas que podem afetar os sentidos diante das discursividades nas relações entre os sujeitos no espaço laboral. Portanto, é necessário compreender como se constitui o assédio moral no trabalho tendo em vista o Estado da Arte. Essa representação encontra-se condicionada a um dispositivo analítico, proposta central desta tese. Desse modo, delimita-se o trabalho da construção desse dispositivo analítico, tendo por base teórica a Análise de Discurso de linha francesa, cujo precursor é Michel Pêcheux. À guisa de consideração, o dispositivo analítico proporcionou uma interpretação à manifestação dos sujeitos. Através deste se observou a constituição dos processos simbólicos pelos quais os trabalhadores eram interpelados ideologicamente, nos quais todo o processo de identificação nos discursos está inscrito numa determinada formação discursiva. No desenvolvimento desta tese verificou-se a importância de *corpus* e da memória discursiva na constituição das análises. Com efeito, foi possível compreender as diferentes formas do sujeito que constituem o espaço laboral, assim como os sentidos produzidos nos espaços discursivos. Neste sentido, a tese é uma construção das representações discursivas dos sujeitos assediados moralmente no trabalho.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Dispositivo Analítico; Memória Discursiva; *Corpus* e *Corpora*; Assédio Moral

ABSTRAT

This thesis, developed in the Postgraduate Linguistics program at the State University of Mato Grosso - Unemat in the concentration of studies on the linguistic processes of Discourse Analysis, seeks to understand moral harassment in the workplace through the subjects and meanings that are constitute the meaning processes associated with the analytical device that will determine the variables of discursivity, through the speeches of those morally harassed at work. Bullying comprises a phenomenon as complex as it is recurrent and has been observed more and more naturally in the workplace. There are some determining factors for an action to be classified as moral harassment: the harasser's intention, duration and frequency. This type of violence can be considered the most cruel, as it directly affects the psychological aspect of the attacked employee and brings consequences that are just as serious. In addition to being considered complex because it encompasses principles from different areas, such as: ethics, culture, society, politics, etc. This thesis has the general objective of analyzing how the statements of subjects morally harassed at work materialize discursively in order to identify, through these legal statements, the relationship between subjects, spaces and meanings and the constitution of the analytical device in the theory of Analysis. of Speech. In turn, the specific objectives intend to analyze the speeches of moral harassment directed at the harassed subjects; analyze how much moral harassment can unconsciously affect individuals in terms of their identity, which is a discursive and ideological formation; analyze how moral harassment materializes in the speeches of those being harassed; and, finally, analyze the influence of moral harassment on the relationship between subjects in the spaces of their practices. As a methodology, it is intended, based on the speeches of those morally harassed at work, to map the psychological consequences that can affect the meanings in the face of discursivities in the relationships between subjects in the work space. Therefore, it is necessary to understand how moral harassment at work is constituted in view of the State of the Art. This representation is conditioned by an analytical device, the central proposal of this thesis. In this way, the work of constructing this analytical device is delimited, having as its theoretical basis French Discourse Analysis, whose precursor is Michel Pechêux. By way of consideration, the analytical device provided an interpretation of the subjects' manifestation. Through this, the constitution of symbolic processes through which workers were ideologically interpellated was observed, in which the entire process of identification in speeches is inscribed in a certain discursive formation. In the development of this thesis, the importance of corpus and discursive memory in the constitution of analyzes was verified. In effect, it was possible to understand the different forms of the subject that constitute the work space, as well as the meanings produced in the discursive spaces. In this sense, the thesis is a construction of the discursive representations of subjects morally harassed at work.

Keywords: Discourse Analysis; Analytical Device; Discursive Memory; Corpus and Corpora; Moral Harassment

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: (AMT-1-A).....	71
Figura 2: (AMT-1-A).....	72
Figura 3: (AMT-1-B).....	73
Figura 4: (AMT-2-A).....	74
Figura 5: (AMT-2-C) (AMT-2-D).....	76
Figura 6: (AMT-3-A) - (AMT-3-B) - (AMT-3-C)	79
Figura 7: (AMT-3-C).....	80
Figura 8: (AMT-4-C) - (AMT-4-B) -(AMT-4-C)	81
Figura 9 : Relações de Força Sujeitos no Espaço de Discursividade	9

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
ESTADO DA ARTE	19
1.1 Direito do Trabalho e o Assédio Moral	19
1.2 O Assédio Moral	20
1.2.1 conceito de assédio moral.....	20
1.2.2 Caracterizações do assédio moral	22
1.2.3 Manifestações do assédio moral	24
1.2.4 Configurações do assédio moral	25
1.2.5 Formas de Assédio Moral	27
1.2.6 Assédio moral vertical descendente	27
1.2.7 Assédio moral vertical ascendente.....	28
1.2.8 Assédio moral horizontal	29
1.2.9 Assédio moral misto	29
1.3. As consequências psicológicas do assédio moral no ambiente de trabalho.....	30
1.3.1 Consequências para o assediado	30
1.3.2 Consequências para o assediador	31
1.4 Psicologia Organizacional do Trabalho e o Assédio Moral no Trabalho: Causas	31
1.5 Condutas Abusivas.....	33
1.6 Considerações sobre o Estado da Arte	37
CAPÍTULO II	40
BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS.....	40
2.1 Análise de Discurso	47
2.2 Um Pouco de História.....	48
2.3 Análise de Discurso como Base Teórica.....	51
2.4. Não é um ponto final.....	61
DISPOSITIVO DE ANÁLISE	63

3.1 Delimitação da <i>Corpora</i> e do <i>Corpus</i>	66
3.2 Processo de Construção do Dispositivo de Análise.....	68
3.3 Da Constituição da Memória das Análises.....	71
3.4 Dados das Análises	73

ANÁLISES: OS DISCURSOS DOS SUJEITOS ASSEDIADOS MORALMENTE NO TRABALHO.....75

4.1. Sujeito Operário: a Relação com o Espaço de Discursividade	75
4.2 Sujeito Limitado: Costumes Base dos Valores no Espaço de Trabalho.....	79
4.3 Sujeito Modificado: Afetos na Relação entre os Sujeitos no Ambiente de Trabalho	82
4.4 Sujeito Profuso: Formas Pejorativas de Sentidos Imorais, Imoralidade no Ambiente de Trabalho	86

CAPÍTULO V.....89

DAS FORMAS DOS ESPAÇOS.....89

5.1 Espaço: Lugar das Condições de Produção do Discurso	89
5.2 Espaço: o Propósito do Espaço Laboral.....	90
5.3 Espaço: Limitação do Tempo Laboral.....	92
5.4 Espaço: O Espaço Modificado.....	93

CAPÍTULO VI.....94

DA PRODUÇÃO DOS SENTIDOS 94

6.1 Sentidos: Relações de Força Sujeitos no Espaço de Discursividade	94
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS 97

REFERÊNCIAS 104

INTRODUÇÃO

Ao considerar o materialismo histórico pode-se dizer que a sociedade e as práticas sociais criam características a partir da evolução do homem que significa dizer que as interpretações dos fenômenos sociais podem se materializar através de concepções idealistas. Para explicá-los, a ciência filosófica e o Materialismo Histórico se debruçam sobre estes, pois, de certa forma, fazem parte do desenvolvimento dos seres humanos. Neste sentido, Malidier (2003) afirma ter sido através da ideologia e do materialismo que Pêcheux fundamentou a Teoria do Discurso. Explicitamente o materialismo histórico que, segundo a autora, por meio de intervenção, questiona o empirismo, considerando-o um problema da subjetividade. Portanto, o materialismo histórico indica olhares a partir de novos objetos surgidos no contexto explícito que interpelam os sujeitos ideologicamente.

No âmbito do estudo materialista é possível observar alguns conceitos que pretendem elucidar as relações existentes na sociedade que examinam a verdadeira face dos seus fenômenos. Nesta direção, Triviños (2008) afirma que a consciência social está ligada aos fenômenos constituídos ao longo do tempo e isso compõe, historicamente, os meios de produção, ou seja, formas como os homens empregam suas ferramentas para darem origem à matéria. Ou seja, as forças produtivas e a relação de produção, em que a primeira compreende os meios que o homem possui ou cria para produzir. Neste caso, a tecnologia da época torna-se imprescindível, visto que as forças produtivas avançarão a depender da ferramenta utilizada em determinado momento. Portanto, a *relação de produção* e as *forças produtivas* estão vinculadas uma à outra, estabelecendo a cooperação entre estas. Por outro lado, os *modos de produção* retomam as atividades da humanidade e procuram entender como a sociedade se estrutura, evolui e se organiza politicamente. Dessa forma, o materialismo histórico busca compreender a natureza e a existência da humanidade concebendo tanto como é a matéria no mundo e seus processos fenomenológicos e objetos, quanto os processos materiais, enaltecendo que a consciência é posterior à matéria. Isso representa que a história se encontra em processo de transformação e, portanto, desenvolve, produz e reproduz novas formas de conhecimento.

Em virtude da acentuada problematização referente à produção, à força de trabalho e à reprodução no meio social que, conseqüentemente, tornou o mundo mais competitivo devido aos lucros obtidos por grandes empresas privadas, pressupõe-se que estes e outros fatores façam com que os sujeitos se tornem oprimidos discursivamente, uma vez que reforçam as tensões existentes ao rompimento (patrão/empregado) no espaço de suas práticas. Essa tensão discursiva se constitui, através de rupturas discursivas por parte desses sujeitos, por meio de procura pela “justiça”. Tal fenômeno tem sido discutido na sociedade e, sobretudo, no meio jurídico sob a premissa de ser um novo direito do cidadão brasileiro.

O assédio moral no trabalho pode se tornar crime no Brasil tendo em vista que o projeto de alteração do Código Penal para tipificá-lo desse modo foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 12 de março de 2019, pelo projeto de Lei 4.742/01 e encontra-se sob a análise no Senado. Ao se observar o texto aprovado, o assédio é conceituado como ofensa reiterada à dignidade causando danos ou sofrimentos físico ou mental no exercício de emprego, cargo ou função. Esse fato pode ser classificado como de suma relevância tendo em vista que o assédio moral nas relações de trabalho tem crescido em números alarmantes, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tal prática tem sido verificada nas relações entre os sujeitos, nota-se, contudo, que o assédio moral não ocorre apenas através do “poder” hierárquico, como também por meio de espaços autoritários. No entanto, ao se acionar a memória discursiva desses sujeitos percebe-se: “(...) um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência a uma memória” (PÊCHEUX, 2015, p. 43).

Neste sentido, a materialidade discursiva, neste âmbito jurídico, materializa-se através dos depoimentos de sujeitos oprimidos que, por conseguinte, foram assediados moralmente. Uma das formas de assédio se constitui com o ato da discriminação. Observa-se que o ato de discriminar, segundo o dicionário Houaiss, consiste em “tratar mal ou de modo injusto, desigual, um indivíduo ou grupo de indivíduos, em razão de alguma característica pessoal, cor da pele, classe social, convicções etc.” Na descrição textual do Decreto Legislativo n.º 104, de 1964, a discriminação ainda se caracteriza pela “distinção ou exclusão fundada em (...) origem

social, (...) e que tenha por fim anular ou alterar a igualdade de oportunidades ou mesmo de tratamento no emprego ou [na] profissão”.

Assim, no que tange ao estudo sobre esse objeto, procura-se trabalhar os discursos dos assediados moralmente no trabalho, visto de forma subjetiva “enquanto simbólico”. A constituição dos sujeitos com o processo de significação concebendo “a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2013, p. 15). Neste viés, a linguagem irá ser analisada em aspectos discursivos ao objetivar um percurso em níveis associados que pode tanto determinar a igualdade como o que pode ser variável, discursivamente.

Dito isso, esta tese possui como objetivo geral, analisar como se materializa discursivamente os depoimentos dos sujeitos assediados moralmente no trabalho a fim de identificar, por intermédio desses depoimentos jurídicos, a relação existente entre os sujeitos, espaços e sentidos e a constituição do dispositivo analítico na teoria da Análise de Discurso. Desse modo, compreender como são constituídos esses sujeitos em seu discurso é compreender os discursos identitários que o constituem e, de certo modo, compreender as condições em que são produzidos estes discursos. O discurso aqui é entendido, como efeito de sentido entre os sujeitos assediados moralmente no trabalho. Nesse contexto, os efeitos de sentido produzidos nos discursos no caso em questão “derivam da forma da nossa sociedade, com suas instituições” (ORLANDI, 2013, p. 30). Por fim, para a referida autora, a história se estabelece através da “produção de acontecimentos” que afetarão de alguma maneira “os sujeitos em suas posições políticas” (ORLANDI, 2013, p. 31).

Os discursos se caracterizam de formas específicas e são tematizados e articulados de acordo com o “funcionamento do conjunto dos objetos inscritos em seu interior” (RODRIGUES, 2011, p. 54). Contudo, o que interessa como objeto desta pesquisa é o discurso do assédio moral no trabalho. Para esta tese, o alicerce teórico se funda na Análise de Discurso de linha francesa, cujo precursor é Michel Pêcheux, tendo como principal representante Eni P. Orlandi no Brasil.

Desse modo, os objetivos específicos pretendem analisar os discursos que possam ser provocados pelo assédio moral, aos sujeitos assediados; analisar o quanto o assédio moral pode afetar inconscientemente os sujeitos ante sua identidade, formação discursiva e ideológica; analisar o modo como o assédio moral

se materializa nos discursos dos assediados; e, finalmente, analisar a influência do assédio moral na relação dos sujeitos no espaço laboral.

Assim sendo, justifica-se no desenvolvimento desta tese, o fato de que o fenômeno - assédio moral no trabalho – de certa forma materializa-se socialmente no espaço jurídico e pode, em alguns momentos, surgir discursivamente com características graves no âmbito desse conceito. Diante do exposto, os sujeitos assediados, em muitos momentos, internalizam em seus discursos efeitos de sentidos que venham ser adotados a partir da discursividade que representa a frustração no exercício de suas práticas na sociedade.

O estudo dos discursos dos assediados moralmente no trabalho prefigura-se por intermédio das relações entre os sujeitos e o espaço onde ocorre e constituem as formações discursivas como, por exemplo: um sujeito, de um nível inferior na hierarquia, sofre diariamente abusos de trabalho vinculando-o a situações contraditórias que interfiram no exercício de suas práticas, o que pode gerar, de modo subjetivo, discursos que circularam nos espaços onde os assédios ocorreram de forma silenciada por aqueles que estão envolvidos nos discursos. Portanto, infere-se que as incompatibilidades inseridas como práticas de alguns sujeitos possam estar carregadas de exaustão no que diz a respeito ao reconhecimento das práticas deste no espaço onde ocorre. Isso tem sido observado duramente por aqueles envolvidos em processos de tal prática e que procuram desqualificar constantemente o sujeito assediado moralmente no trabalho.

Com relação a tese, o estudo a respeito do assédio mostra-se imprescindível, tendo em vista que o entendimento sobre o assunto se torna confuso diante da generalização de fatos ocorridos dentro de um determinado grupo social. Comumente se apresenta uma determinada situação em que um sujeito parece ser escolhido para ser assediado. No entanto, dentro de uma organização, geralmente devido à falta de um sistema apropriado, encontram-se sujeitos com posturas autoritárias e comandos autoritários inapropriados, dos quais se pressupõem que aquele espaço já possua cristalizado em seu interior o assédio moral nas relações de trabalho. Daí advém o fato de se caracterizar como assédio moral o comportamento indevido ocasionado durante um longo tempo no espaço laboral.

Sendo assim, através desse conjunto: espaço, autoritarismo e despreparo daqueles que se encontram, de algum modo, hierarquicamente acima de algum

sujeito nas relações de trabalho. Portanto, pode-se afirmar que isso favorece situações em que o sujeito assediado opere seus discursos fora de relações, nas quais os seus discursos silenciados expressam medo, angústia e baixa autoestima. Nessa esteira, a busca por isolamento deste sujeito no espaço de suas práticas em alguns momentos caracteriza-se como uma forma de apropriação do discurso das relações autoritárias existentes nos espaços da prática por aquele sujeito assediador. Assim, a noção de sujeito constitui de forma alterada atrelada à ambiguidade que demarca “o sujeito em relação ao outro” (ORLANDI, 2015, p. 78).

Inúmeros processos circulam em tribunais e observa-se a presença do sujeito autoritário na prática desse tipo de discurso. Provavelmente, as várias formas que acometem o assédio moral no trabalho faz com que a observação do deslocamento dos discursos desses sujeitos seja notado verbalmente acerca do ato de sua fala. É imprescindível notar, pelo que se assemelha, o assédio moral no trabalho não pode ser generalizado. Quando se generaliza, parece afetar os sujeitos discursivamente através dos espaços que se tornam autoritários para o cumprimento de regras que, muitas vezes, objetivam desvincular-lhes das práticas dos sujeitos nos espaços onde ocorrem.

Parece relevante abordar esta temática diante das formações discursivas que podem se caracterizar a partir do “silêncio fundante”, pois para Orlandi o “silêncio é matéria significativa por excelência, um *continuum* significativa” (ORLANDI, 2015, p. 29). Neste aspecto, o isolamento discursivo pode vir a caracterizar, ao mesmo tempo, efeitos e gestos de interpretação que permitem identificar os sujeitos através de sua incompletude, deslocando-se através de diferentes formações discursivas, amparado pelos espaços que deem ao assediador uma posição de sujeito autoritário.

Em face disso, pode-se considerar aqui no âmbito dos estudos da Análise de Discurso e em relação ao discurso dos sujeitos assediados moralmente no trabalho serão realizadas análises procurando identificar como se constituem discursivamente as identidades desses sujeitos. Neste diapasão, o objeto deste trabalho se materializa através do discurso que constitui os sujeitos a partir de sua constituição sócio-histórica nos espaços onde ocorre. A partir deste contexto, é possível compreender (se considerar não se contrapor as relações sociais e a própria história) os sentidos produzidos que venham a se materializar nos discursos, fornecendo a possibilidade de analisar os efeitos de sentidos produzidos entre os sujeitos.

Nos depoimentos destes sujeitos, no contexto jurídico, depara-se com as tensões que servem para elucidar o objeto deste trabalho. Pressupõe-se que, através desse objeto, é possível elucidar a constituição de suas formações discursiva e ideológica. Neste processo de construção dos dizeres, as palavras podem mudar de sentido “no interior de uma formação discursiva” (PÊCHEUX, 2009, p. 148). Em meio a este processo de construção de dizeres que passa “designar o sistema de relações de substituições, paráfrases e sinonímia etc. (...)” (PÊCHEUX, 2009, p. 148).

Sob esse prisma, os sujeitos atravessados discursivamente categorizam suas formações discursivas. Isso implica outro conceito fundamental para a Análise de Discurso que se refere à ideologia. Pode-se dizer que esta transmite significados e representações de determinados grupos: políticos, jurídicos, entre outros. Se se pensar a história, será possível entender como os sujeitos se inserem num plano psicológico na sociedade. Ao se expor a ideologia, observa-se que esta se encontra vinculada à história com a língua, “na medida em que esta significa” (ORLANDI, 2013, p. 96). Por outro lado, se tudo é ideologia pode-se considerar que essas ideologias são regionalizadas numa determinada forma ou “formação ideológica” (PÊCHEUX, 2009, p. 135), determinando, assim, o que se deve fazer, pensar em “relações de desigualdade-subordinações entre os diferentes aparelhos ideológicos” (PÊCHEUX, 2009, p. 133).

Ao se analisar os discursos dos sujeitos assediados moralmente no trabalho, identifica-se como a formação discursiva atua na incompletude dos sujeitos, dando a compreensão das formas de silêncio que funcionam de maneira contraditória nos espaços onde ocorrem. Os discursos se caracterizam de maneira específica e são tematizados e articulados de acordo com seu “funcionamento do conjunto dos objetos inscritos em seu interior” (RODRIGUES, 2011, p. 54). A partir da criação da Linguística, por Fernand Saussure, começou-se a esclarecer para o homem os significados das manifestações da linguagem, tendo em vista o desenvolvimento do “círculo linguístico” (ORLANDI, 2013, p. 34). Além disso, o desenvolvimento da teoria saussuriana possibilitou o surgimento da Análise de Discurso e de outras áreas de pensamento como ciências: a Fonética, Linguística Aplicada, a Sociolinguística, entre outras. Teve início, nesse viés, a instauração de uma nova forma no que se refere a este contexto sociocultural e da comunidade de fala, examinando as condições em que a fala era produzida, de acordo com Bortoni.

A Análise de Discurso de linha francesa, conhecida atualmente, surgiu na década de 60, período marcado por diversas transformações políticas e crises econômicas. Época também da “Guerra Fria” (1945-1991) e do aparecimento de diversos movimentos sociais na França que defenderia as classes mais oprimidas da sociedade. Na década aludida, aparecem também os estudos da Análise do Discurso “tendo como propulsores Voloshinov e Pêcheux”, (RODRIGUES; TAFARELLO, 2013, p. 60), cujas práticas consistiam, em princípio, colocar em suspenso a interpretação, “já que todo fato já é uma interpretação” (PÊCHEUX, 2015, p. 44).

A Análise do Discurso sustenta-se ainda hoje sobre o tripé multidisciplinar: marxismo, psicanálise e linguística. Desta forma, interroga a língua pela falta de transparência e “pressupõe o legado materialismo histórico” (ORLANDI, 2013, p. 19), devido à ausência de conhecimento histórico do próprio homem, a história também não é transparente ao homem e, assim, demarca o simbólico pela psicanálise. Este é o modo da Análise de Discurso trabalhar: articula-se no entremeio dessas grandes áreas, quebrando paradigmas em sua constituição enquanto ciência através de seu objeto que é o discurso. Por isso, é necessária a utilização de uma teoria voltada para tratar o assediado moralmente como “sujeito”, o qual, de acordo com Orlandi (2013, p. 46): “é interpelado em sujeito pela ideologia para que ele produza seu dizer” para se compreender como se constitui como “sujeito” em seu discurso e também, de certa forma, compreender as condições como são produzidos estes discursos.

Neste contexto, os efeitos de sentido produzidos nos discursos (neste caso, dos sujeitos assediados moralmente no trabalho) “derivam da forma da nossa sociedade, com suas instituições” (ORLANDI, 2013, p. 30), na tese em questão é a instituição jurídica. Por fim, para Orlandi, a história estabelece através da “produção de acontecimentos” que vão, de certo modo, afetar “os sujeitos em suas posições políticas” (ORLANDI, 2013, p. 31), considerando ainda a memória (interdiscurso) e as condições imediatas de produção do discurso.

CAPÍTULO I

ESTADO DA ARTE

1.1 Direito do Trabalho e o Assédio Moral

A Justiça do Trabalho, de modo geral, possui uma característica muito peculiar relacionada com a sua origem: a sua criação pautou-se em direitos fundamentais que pudessem garantir a integridade física do trabalhador. Desse mesmo modo, o processo do trabalho no mundo passou por vários ciclos de evolução para se tornar como hoje é conhecido. Tais ciclos são tão complexos que perpassam por períodos como os de regime de escravidão e servidão, chegando à época em que o trabalho tornou-se remunerado. Da mesma perspectiva, vista através das questões econômicas, os processos de garantias da Justiça do Trabalho sofreram e sofrem ampla evolução para obter diferentes graus de proteção no que diz respeito à saúde do trabalhador.

A Revolução Industrial do século XVII segundo Blayney (2015) configura-se como um marco do qual advêm os fatores motivadores para a implantação de métodos para a proteção da integridade física do trabalhador, já que naquele período, não havia horário de pausa, funcionamento ou descanso adequado. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), somados as questões da integridade física do trabalhador interligaram-se cuidados com a qualidade de vida no espaço laboral. No entanto, segundo Alkimin (2008), somente no final dos anos 60, a saúde mental se tornou um dos principais focos da saúde ocupacional.

Contudo, o ser humano é um ser adaptável por natureza, de modo que, o mundo em si já passou por diversas transformações socioculturais, políticas, ideológicas, às quais ele se adaptou. Por extensão, dentro do ambiente de trabalho não tem sido diferente, porém cabe mencionar que nem todas as adaptações servem para o fortalecimento da classe trabalhadora. O ambiente de trabalho, atualmente, consiste numa reunião de características não muito aprazíveis do ponto de vista da saúde. Isso vem significar que, além de ter naturalmente uma tendência ao estresse,

pode ser um ambiente violento em vários aspectos, mas não a violência costumeira, viril, fugaz e visível e sim mais violenta, porém sutil, silenciosa.

O assédio moral possui várias vertentes e pode se desenvolver sob diversas formas. No entanto, em relação àquilo que todas essas modalidades possuem em comum, o assédio moral é pautado na violência verbal e nas humilhações, a que normalmente se sujeitam os subordinados, vítimas, no ambiente de trabalho, embora seja muitas vezes imperceptível. Além disso, possui laços nas atitudes dos sujeitos que causam constrangimento constante e atitudes de violência e desprovidas de ética. Oportuno apontar que, de fato, existem aspectos que corroboram para que um ambiente de trabalho apresente hostilidade, como, por exemplo, o fomento à competitividade. Porém, o assédio moral pode se desenvolver em qualquer ambiente laboral, provocando sérias sequelas na vida da vítima.

O objetivo do agressor, nesse cenário, propõe-se a desqualificar o assediado e privá-lo de dignidade. Priva-o de qualquer nuance de direito fundamental que possa existir. O combate e a punição por parte das empresas por causa dessas práticas têm sido constantes para evitar esse tipo de atitude por parte de colaboradores. As empresas, nesses espaços, possuem o papel fundamental de incentivar um conjunto de valores que instrumentalize a prevenção do Assédio Moral no Trabalho e de alguma maneira o coíba. Portanto, a prevenção representa uma das maneiras mais eficientes de evitá-lo.

Assim, neste capítulo pontua-se como ocorre o Assédio Moral no trabalho demonstrando suas características, as possibilidades de prevenção e os modos de identificação.

1.2 O Assédio Moral

1.2.1 conceito de assédio moral

Apesar do assédio moral ser conhecido como violência moral ocorrida dentro do ambiente de trabalho e ter adquirido força nos últimos tempos para a sua prevenção e o combate contra a discriminação ao trabalhador, o fenômeno em si, não é algo novo. Alguns autores argumentam, inclusive, ser tão antigo quanto à própria noção de trabalho.

Pode-se afirmar, sem medo de errar, que o assédio moral nas relações de trabalho é um dos problemas mais sérios enfrentados pela sociedade atual. Ele é fruto de um conjunto de fatores, tais como a globalização econômica predatória, vislumbradora somente da produção e do lucro, e a atual organização do trabalho, marcada pela competição agressiva e pela opressão dos trabalhadores através do medo e da ameaça. Esse constante clima de terror psicológico gera, na vítima assediada moralmente, um sofrimento capaz de atingir diretamente sua saúde física e psicológica, criando uma predisposição ao desenvolvimento de doenças crônicas, cujos resultados a acompanharão por toda a vida (FERREIRA, 2004, p. 37).

O assédio moral pode ser definido como a submissão de trabalhadores a situações vexatórias e constrangedoras. Geralmente, não ocorre de forma isolada, possui a tendência de ser reproduzido no espaço laboral sutil e silenciosamente de forma reiterada, prolongada e frequente. Além de ocorrer nas relações de hierárquicas autoritárias e assimétricas. A capacidade do poder, por aquele que possui função hierárquica superior, corrobora com as ações praticadas no espaço de trabalho e estão relacionadas com a proeminência de condutas e atos negativos, que ferem a dignidade do trabalhador. Isso faz com que o assédio moral juntamente com as relações que envolvem os sujeitos nos espaços de trabalho possuam um caráter desumano e antiético e costuma ocorrer durante longos períodos no trabalho.

O assédio moral também pode ser cometido por mais de um superior hierárquico e geralmente é voltado para um funcionário subordinado, mas nada impede que ocorra com mais de um sujeito. O objetivo desse tipo de conduta reside na desestabilização da vítima diante do próprio ambiente laboral e a sua organização em si. Isso culmina na desistência do emprego ou cargo devido à tensão existente entre os sujeitos envolvidos nesse tipo de conduta.

O assédio moral no trabalho é, sem dúvida, o ato de consumação da violência pessoal, porém, o fato mais danoso da relação na qual ela se manifesta, são as formas de humilhação, intimidação, insulto e sobrecarga no trabalho, entre outras características. As suas consequências, em geral, são graves e estão intimamente relacionadas com o seu modo de manifestação: velada, sutil, silenciosa, enraizada no ambiente de organização.

De acordo com Alkimin (2008), a conceituação do assédio moral é necessária, pois a partir desta se consegue: identificar o fenômeno do psicoterror, no qual os sujeitos no ambiente de trabalho estão envolvidos para então demonstrar dentro do plano jurídico quais são as suas consequências. A sua utilização do direito, na

realidade, é fruto de estudos oriundos da psicologia sobre essa temática. A busca de uma conceituação que abarcasse a situação de maneira ampla a seu respeito tem sido importante em virtude do ordenamento jurídico trabalhista não esclarecer a questão de forma específica. Diante do exposto, tendo em vista os estudos feitos a partir da psicologia, sociologia e direito foi possível traçar um conceito para assédio moral

Por assédio moral em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, gestos, escritos, que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. (HIRIGOYEN, 2002, p. 65)

No âmbito jurídico internacional, é comum verificar diferentes expressões para nomear o Assédio Moral no trabalho, sendo vistos termos como: *mobbing*, *harcèlement*, *bullying*, *harassment*, *whistleblowers*, *bossing*. Em português, conforme Rufino (2006), esses termos podem ser traduzidos como terror psicológico. Um dos termos em inglês, o *mobbing*, é o mesmo que dizer terror psicológico ou assédio moral. Segundo o referido autor, esse termo começou a ser empregado após o etimólogo Heinz Lorenz utilizá-lo para definir o comportamento de alguns animais que circundavam outro membro do grupo com tom ameaçador. Esse tipo de reação dos animais provocava a fuga do animal coagido com o intuito de se proteger de um possível ataque. Pode-se identificar no comportamento humano características similares em que o assédio moral é o ato correspondente na sociedade atual. O ambiente laboral, de maneira geral, cria propensões a isso quando fomenta a competitividade entre parceiros de trabalho.

Desse modo, conclui-se que o conceito de Assédio Moral no Trabalho está atrelado à violência e ao terror no referido espaço, sendo um ato sutil, silencioso, incapacitante, atormentador e sempre presente. Assim, o objetivo reside na desestabilização psicológica do trabalhador, visando o deslocamento do sujeito assediado do ambiente de trabalho.

1.2.2 Caracterizações do assédio moral

A OIT¹ registra que, atualmente, no mundo, milhões de trabalhadores sofrem com o assédio moral. Estudos desenvolvidos na União Europeia demonstraram que cerca de 8% dos trabalhadores, equivalente a doze milhões de indivíduos, é vítima de tratamento abusivo de superiores hierárquicos, mesmo com a conceituação de Assédio Moral ter sido definida há cerca de 25 anos, suficiente para a maturação da causa.

No Brasil, investigação realizada em 97 empresas no Estado de São Paulo, com 2.072 entrevistados, demonstrou que 42% explicitaram histórias de humilhação no trabalho e que, destes, as mulheres são as vítimas mais frequentes. Outras vítimas comumente acometidas pelo assédio são os negros, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, os trabalhadores acima de 40 anos e aqueles portadores de lesão por esforços repetitivos. Disto se deduz que os trabalhadores com tais características precisam estar atentos à possibilidade de estarem sendo vítimas de assédio moral quando suas relações de trabalho se caracterizam por episódios abusivos ou agressivos constantes (BARRETO, 2003, p. 421 apud HIRIGOYEN, 2005, p. 253)

Visto terem sido supracitadas as características que auxiliam para a conceituação de Assédio Moral no ambiente de trabalho, portanto, é desnecessário enumerá-las novamente. Esse tópico possui por escopo demonstrar algumas especificidades importantes para esse tipo de identificação. O assédio moral retrata um assunto complexo, pois envolve nuances dos relacionamentos de trabalho. Dentro dessa caracterização devem ser considerados fatores de ordens cultural, social, jurídica e física. No entanto, recomenda-se cautela durante a caracterização da situação por mais clarividente que esta possa parecer.

Segundo orientações jurídicas, é preciso ter cautela durante esse processo, principalmente devido ao fato de muitos trabalhadores não conseguirem identificar que se encontram em situações de abuso ou até mesmo negarem quando lhes é demonstrado estarem. Oportuno frisar ser comum algumas vítimas considerarem as manifestações clínicas como decorrentes de problemas pessoais. Outro aspecto a ser contemplado refere-se à manifestação do assédio acontecer de maneiras diferentes em relação aos gêneros, pois está intimamente relacionado aos componentes culturais que a sociologia trata de dirimir. As mulheres costumam sofrer mais assédio

¹ Organização Internacional do Trabalho.

por meio de intimidação, submissão, piadas grosseiras e comentários relacionados à aparência ou à vestimenta. Por outro lado, homens são mais vítimas de comentários cheios de maldade, relacionados a sua masculinidade e virilidade ou relacionados a sua capacidade de trabalho e ao modo como mantém a família.

1.2.3 Manifestações do assédio moral

O assédio moral é sempre uma manifestação antiética que possui o sentido de tornar o ambiente de trabalho tão desagradável, a ponto de afetar de forma direta o empregado. Para atingir essa finalidade, o agressor se utiliza de condutas comissivas e omissivas. Esse é o cenário que caracteriza o nascimento de uma patologia organizacional e tem se tornado recorrente graças à precariedade de empregos.

Há várias formas de manifestação do assédio moral com o objetivo de vexar, constranger, inferiorizar e humilhar a vítima, que vão desde comportamentos e atitudes concretas como, por exemplo, tratar com rigor excessivo, atribuir tarefas inúteis, degradantes ou superiores à capacidade intelectual ou física do empregado, rebaixamento funcional, invasão da privacidade e intimidade, divulgando questões pessoais ou sujeitando o empregado a revistas e controles exagerados, injúrias, calúnias, críticas, ironias, humilhações e discriminações reiteradas em público, inatividade forçada, agressão verbal ou física etc., até falta de comunicação (conduta omissiva) no intuito de isolar a vítima e afastá-la da organização do trabalho, ou comunicação não-verbal e gestos (suspiros, olhar e ignorar a presença da vítima, erguer de ombros, mímicas, risinhos etc.). (ALKIMIN, 2008, p. 36)

Apesar de recorrente, a ciência ainda não consegue construir argumentos plausíveis que consigam exprimir com clareza os motivos tampouco consegue esclarecer a relação entre a causa da violência e as possíveis consequências que, de fato, fazem surgir o assédio moral. Embora decorrente disso, existe a possibilidade de se elencar alguns aspectos que servem de norte para entender o contexto complexo em que o assédio moral está inserido. Mesmo assim, é válido mencionar que existe muita cautela em relação ao fato de que o assédio moral no trabalho pode ser prevenido e desmascarado antes que a vítima possa sofrer consequências sérias relacionadas à saúde. Isso significa dizer que existe uma possibilidade, mesmo remota de que o assédio possa ser prevenido, na mesma proporção que pode ser desarticulado. Entretanto, caso não venha a ser, pode indicar de que a empresa possui um problema organizacional.

Desse modo, é possível caracterizar o assédio, a partir dos seguintes pressupostos: conduta abusiva contra indivíduo no ambiente de trabalho; repetição ou

sistematização dessa conduta; ameaça à permanência da pessoa no emprego; e/ou ameaça à sua integridade física e/ou psíquica no ambiente laboral.

1.2.4 Configurações do assédio moral

Para que o assédio moral no trabalho se configure, é imprescindível observar a conduta violenta por parte do agressor, as quais vão ocorrer de forma sistemática e repetitiva. É importante frisar na violência moral do trabalho que existem tipos de violências, ou seja, condutas que não são apenas pautadas na violência física ou violência desvelada, pois existem práticas sutis, aparentemente inofensivas que podem vir no decorrer do tempo a comprometer a saúde da vítima.

Logo, Alkimin (2008) afirma que o assédio moral não caracteriza um conflito momentâneo no ambiente de trabalho, muito menos um tipo de agressão pontual que provém do superior hierárquico ou de algum colaborador de trabalho. No entanto, dentro desse conflito, existem interesses contrapostos preponderantes, segundo o autor, um binômio - ataque-resistência - dos sujeitos nos espaços de suas práticas, o que não impede que ocorra reiteradas vezes até que uma parte ceda e passe a figurar como vítima na relação.

A conduta, neste sentido, deve ser degradante e humilhante para ser caracterizada como assédio moral no ambiente de trabalho. Além disso, é preciso que a frequência e a forma reiterada sejam observadas por representar a existência de um dano real que provoca grande sofrimento à vítima e, geralmente, no campo psicológico. Esse dano tem de ser latente o suficiente para comprometer a permanência da vítima no trabalho, além de comprometer a própria integridade física e psíquica no ambiente laboral.

Nessa esteira, Hirigoyen (2002) elabora uma lista de exemplos que podem auxiliar para o entendimento da natureza das ações que configuram o Assédio Moral, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Exemplo de condutas que configuram Assédio Moral

LISTA DE ATITUDES HOSTIS	
1) Deterioração Proposital das Condições de Trabalho	
Retirar a autonomia da vítima.	
Não lhe transmitir as informações úteis para a realização das tarefas.	

Contestar sistematicamente todas as suas decisões.
 Criticar seu trabalho de forma injusta ou exagerada.
 Privá-la do acesso aos instrumentos de trabalho: telefone, fax, computador etc.
 Retirar o trabalho que normalmente lhe compete.
 Dar-lhe permanentemente novas tarefas.
 Atribuir-lhe proposital e sistematicamente tarefas inferiores às suas competências.
 Atribuir-lhe proposital e sistematicamente tarefas superiores às suas competências.
 Pressioná-la para que não faça valer seus direitos (férias, horários, prêmios). Agir de modo a impedir que tenha promoção.
 Atribuir à vítima, contra a vontade dela, trabalhos perigosos.
 Atribuir à vítima tarefas incompatíveis com a sua saúde.
 Causar danos em seu local de trabalho.
 Dar-lhe deliberadamente instruções impossíveis de executar.
 Não levar em conta suas recomendações de ordem médica.
 Induzir a vítima ao erro.

2) Isolamento e Recusa de Comunicação

A vítima é interrompida constantemente.
 Superiores hierárquicos ou colegas não dialogam com a vítima.
 A comunicação com ela é unicamente por escrito.
 Recusam todo contato com ela, mesmo o visual.
 É posta separada dos outros.
 Ignoram sua presença, dirigindo-se apenas aos outros.
 Proíbem os colegas de lhe falar.
 Já não a deixam falar com ninguém.
 A direção recusa qualquer pedido de entrevista.

3) Atentado Contra a Dignidade

Utilizam insinuações desdenhosas para qualificá-la.
 Fazem gestos de desprezo diante dela (suspiros, olhares desdenhosos, levantar os ombros...).
 É desacreditada diante dos colegas, superiores ou subordinados.
 Espalham rumores a seu respeito.
 Atribuem-lhe problemas psicológicos.
 Zombam de suas deficiências físicas ou de seu aspecto físico; é imitada ou caricaturada.
 Criticam a sua vida privada.
 Zombam de sua origem ou nacionalidade.
 Implicam com suas crenças religiosas ou convicções políticas.
 Atribuem-lhe tarefas humilhantes.
 É injuriada com termos obscenos ou degradantes.

4) Violência Verbal, Física ou Sexual

Ameaças de violência física.
 Agridem-na fisicamente, mesmo de leve, é empurrada, fecham-lhe a porta na cara.
 Dirigem-se aos gritos com ela.
 Invadem-lhe a vida privada com ligações telefônicas ou cartas.
 Seguem-na pela rua; é espionada diante do domicílio.
 Fazem estragos em seu automóvel.
 É assediada ou agredida sexualmente (gestos ou propostas).
 Não levam em conta seus problemas de saúde.

1.2.5 Formas de Assédio Moral

O assédio moral no trabalho representa uma questão séria e crescente em escala mundial. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de um terço dos trabalhadores em todo o mundo relata ter sido vítima de assédio moral no ambiente de trabalho. Além disso, estudos internacionais demonstram que o assédio moral pode ter graves consequências para a saúde e bem-estar dos trabalhadores, incluindo estresse, ansiedade, depressão e até mesmo tentativa de suicídio. O assédio moral pode incluir uma ampla gama de comportamentos negativos, como *bullying*, humilhação pública, discriminação, isolamento e violência psicológica. Em muitos casos, o assédio moral é perpetrado por superiores ou colegas de trabalho, mas também pode ser praticado por agentes externos. Muitas vítimas de assédio moral no trabalho enfrentam barreiras para denunciarem ou buscarem ajuda, pois sentem medo de retaliação ou de perderem o respectivo emprego.

Além disso, muitos países ainda não têm leis adequadas para proteger os trabalhadores contra o assédio moral. É importante que empresas, governos e sociedade se reúnam para combater o assédio moral no trabalho. Isso inclui não só a implantação de políticas e práticas de prevenção e proteção, bem como a sensibilização e treinamento de todos os envolvidos. É vital que todos trabalhem juntos para combater este comportamento prejudicial e garantir ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos. Conforme explicado de forma bastante contundente, o Assédio Moral no trabalho pode ser demonstrado de diversas formas nem sempre pela via óbvia ou visível. Desse modo, existem espécies de assédio que podem ocorrer no ambiente laboral, conforme se mostrará a seguir.

1.2.6 Assédio moral vertical descendente

Essa espécie de assédio vertical pode ser praticada pelo sujeito superior hierárquico, nesse caso o empregador. Diante de todas as demais hipóteses é a mais recorrente, de modo que se beneficia da relação de hierarquia, subordinação, em que a vítima se encontra em relação ao seu assediador nas relações de trabalho. Alkimin (2008) esclarece que o sujeito que agride é identificado por vários nomes, tais como:

assediador, perverso, apossador. Essa figura, geralmente, corresponde a um sujeito que necessita do rebaixamento de subordinados como forma de alimentar a sua autoestima, e demonstrar influência e poder no ambiente de trabalho. O arquétipo do sujeito agressor possui dificuldades de demonstrar as próprias falhas, além de não valorizar boas ações; utiliza-se de arrogância e falta de ética para humilhar os subordinados. Neste sentido, o assédio moral vertical descendente caracteriza-se por ser “proveniente do empregador, compreendido na expressão do empregador propriamente dito, bem como qualquer outro superior hierárquico (diretor, gerente, chefe, supervisor), que receba uma delegação do poder de comando” (ALKIMIN, 2008, p. 61).

Desse modo, é possível concluir que essa forma de Assédio Moral Vertical identifica o abuso proveniente da gestão autoritária, que ocorre da forma mais cruel e ampla possível. Portanto, é considerado pela maioria dos teóricos como o pior tipo de assédio por ser um dos excessos que causam traumas psicológicos e afetam a saúde física da vítima.

1.2.7 Assédio moral vertical ascendente

Mesmo que o assédio de um superior com o subordinado seja classificado como o modo mais frequente de Assédio Moral, não raro, ocorre o caso contrário, onde um subordinado ou empregado pratica ações de Assédio Moral contra o superior. Hirigoyen (2005) afirma que esse tipo de assédio pode ocorrer de diversas maneiras que compreende desde a falsa alegação de assédio sexual, na qual, a suposta vítima busca desqualificar a reputação de uma pessoa, até as reações coletivas de um grupo que se une com o intuito de se livrar de um superior hierárquico não aceito pelos funcionários.

Esse tipo de assédio ocorre quando o superior hierárquico não possui experiência ou deixa transparecer níveis de insegurança em relação a algo. De qualquer modo, é possível verificar quando esse tipo de assédio ocorre, pois o superior não possui domínio sobre os trabalhadores. Nesse caso, o superior não se mune da postura de dirigente demandada pelo cargo, de modo que fomenta a rivalidade entre os trabalhadores, que se apropriam da situação, fortalecendo o desejo coletivo de desmoralizá-lo.

1.2.8 Assédio moral horizontal

Cabe agora, apresentar outro tipo de assédio moral no trabalho que ocorre entre os próprios colaboradores no espaço laboral, geralmente, com o mesmo nível hierárquico e podem ter como motivação diversos fatores. Normalmente, advém da competitividade ou da brusca diferença entre os vencimentos. Alkimin considera que esse tipo de assédio:

(...) é aquele cometido por colega de serviço, manifestando-se através de brincadeiras maldosas, gracejo, piadas, grosserias, gestos obscenos, isolamento, podendo ser resultante de conflitos interpessoais, que acarretam em dificuldades de convivência, ou por competitividade/rivalidade para alcançar destaque dentro da empresa (ALKIMIN, 2008, p. 64).

Esse tipo de assédio ocorre tanto na modalidade individual quanto na modalidade coletiva. Tanto os agressores como as vítimas podem ser apenas um trabalhador ou um grupo de trabalhadores específicos. A competitividade demonstra-se um fator de peso nos motivos arrolados e que provocam esse tipo de assédio, principalmente quando fomentada em excesso no trabalho. Esse tipo de assédio no ambiente de trabalho é tão danoso quanto a emulação e os interesses em promoções e cargos superiores da empresa. Esse tipo de desejo por parte dos sujeitos envolvidos nessa situação é provocado pela insegurança entre os trabalhadores.

1.2.9 Assédio moral misto

O Assédio Moral Misto no trabalho embora seja o mais raro, acontece e merece ser citado. Ele ocorre quando a vítima sofre assédio tanto por parte de colegas, de pares, quanto por parte do superior hierárquico, trata-se, portanto, de algo bastante comum nas empresas com um altíssimo nível de competitividade interna, acoplado ao mau gerenciamento da empresa, o estresse do ambiente e as fortes exigências por parte do superior hierárquico. Assim, como são raros os casos de assédio moral no trabalho na forma horizontal não os são os que manifestam o assédio vertical descendente, que pode ser observado quando a própria gestão ou chefia da empresa ou o próprio superior hierárquico não reage à conduta degradante imposta pelo agressor.

Dentre todas as informações fornecidas sobre os tipos de assédio apresentados aqui, válido elucidar que, dentro das organizações, os assediadores podem ser identificados facilmente. Logo, percebe-se que são aqueles que possuem níveis hierárquicos diferentes em relação ao assediado. Nas formas apresentadas é possível observar o assédio moral horizontal ocorre entre colaboradores com o mesmo tempo de serviço; e assédio moral vertical descendente quando praticado por um superior hierárquico.

1.3. As consequências psicológicas do assédio moral no ambiente de trabalho

1.3.1 Consequências para o assediado

Dentro das relações laborais, a humilhação pode estar presente e, portanto, pode ser considerada como um risco enorme para a saúde do trabalhador. Trata-se de uma das formas mais poderosas de violência sutil, pois nessa relação de abuso, a vítima sempre sofre um abalo psíquico, podendo também ser físico que, sem dúvida, ultrapassa prejuízos profissionais e econômicos.

O assédio moral gera sofrimento psíquico que se traduz em mal-estar no ambiente de trabalho e humilhação perante os colegas de trabalho, manifestando o assediado sentimento e emoção por ser ofendido, menosprezado, rebaixado, excluído, vexado, cujos sentimentos se apresentam como medo, angústia, mágoa, revolta, tristeza, vergonha, raiva, indignação, inutilidade, desvalorização pessoal e profissional, que conduzem a um quadro de depressão com total perda da identidade e dos próprios valores, com risco de suicídio (ALKIMIN, 2008, p. 83).

Quando se trata de emoções é impossível destoa-las da própria constituição humana e isso independe do gênero. Porém, a manifestação de como a humilhação e os constrangimentos impactam esses indivíduos se processam de diferentes maneiras, enquanto as mulheres, geralmente, manifestam-se através de choro, tristeza, ressentimento, além de comportamento estranho no trabalho; os homens sentem revolta, indignação, se sentem desonrados, com raiva, traídos e desenvolvem desejo de vingança. De qualquer modo, o assédio moral provoca sérios danos psicológicos irreparáveis na vida da vítima assediada e, portanto, deve ser observado com atenção nos ambientes de trabalho a fim de ser prevenido.

1.3.2 Consequências para o assediador

O assédio moral no trabalho, em si, traz consequências para todas as partes envolvidas no processo. Para o empregador, por exemplo, é possível identificar a queda brusca do seu lucro ante a produtividade, caso não seja o agente causador da violência. Nesse caso, cabe rescisão indireta do sujeito ativo do assédio prevista no artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943). A rescisão indireta pressupõe: saldo e salário; aviso prévio; férias vencidas e proporcionais; adicional de 1/3; depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); multa fundiária de 40%; gratificação natalina. (ALKIMN, 2008)

Para o empregado assediante, quando o caso for entre colegas de trabalho, a consequência é a demissão por justa causa, de acordo com os ditames do artigo 482, da CLT. Com efeito, o assédio moral pode ainda ensejar consequências no âmbito penal (BRASIL, 1940), como, por exemplo, ser enquadrado como crime contra a honra, previsto nos artigos 138 a 145 do Código Penal.

1.4 Psicologia Organizacional do Trabalho e o Assédio Moral no Trabalho: Causas

O assédio moral no trabalho, conforme abordado, constitui de uma conduta repetitiva, cuja intenção é promover o constrangimento e o desequilíbrio emocional da vítima. É configurado como um ato abusivo expressado por meio de palavras, comportamentos, gestos, atos ou até mesmo textos que podem ocasionar dano à personalidade e dignidade de uma pessoa. No ambiente de trabalho, o assédio moral é caracterizado por meio de situações humilhantes, prolongadas e recorrentes. Ocorre que a maioria dos casos é praticada por gestores ou pessoas de hierarquia superior provocando situações em que subordinados se veem impotentes diante de condutas negativas, relações antiéticas e destrato com a dignidade do ser humano, o que traz desconforto e acarreta dano psicológico na maioria dos casos.

O agressor tem a finalidade de prejudicar o trabalhador no ambiente laboral. Na maioria das vezes a intenção é isolar a vítima do grupo social a qual ambos pertencem, impedindo-lhe de possuir voz ativa. O gênero feminino é o principal grupo atingido por esta conduta, pois as mulheres são ridicularizadas como forma de controle que visa intimidar, submeter, calar e diminuir a importância no trabalho e nos

resultados obtidos. Enquanto que a principal forma de assédio contra o sexo masculino é baseada em constantes ataques às características físicas e sexuais destes.

As situações recorrentes e os números ainda poucos relatados, mas significativos, levaram a OIT a aprovar a convenção sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho. Através desta representação, pode-se concluir que as relações de trabalho estão em grande número prejudicadas ou apresentam indícios de situações calamitosas contra a dignidade do trabalhador, necessitando de estudos e normas eficazes para promover a reestruturação do ambiente, do agressor e de um todo, a fim de reduzir e sanar os fatos ocorridos no recinto laboral.

O estudo do Assédio Moral no âmbito do trabalho é de uma grandeza significativa por ocorrer frequentemente nos dias atuais. O estudo jurídico destes casos ressalta o poder de resposta do trabalhador aos fatos ocasionados e os direitos por este garantido pela atual legislação. Mediante a grande proporção deste problema na esfera trabalhista, apenas o trabalho judicial não será o suficiente para sanar todos os eventos ocorridos, mas é o caminho mais significativo para contribuir junto às vítimas para a resolução e um respaldo em futuros eventos relacionados a condutas condenáveis no trabalho.

Analisar a importância de contestar o assédio no trabalho e os danos psicológicos, físicos e morais que ocasiona ao indivíduo é um dos fatores que pode se introduzir no meio trabalhista. A conscientização visando apresentar de fato o que deve ser executado para a regressão do assédio moral é outro ponto a ser estudado, demonstrando que o empregador deve ter consciência sobre essa conduta, como tipificar e garantir um ambiente de trabalho seguro e ideal ao trabalhador. Desta forma, procura-se a não propagação do assédio moral, resultando num cenário promissor e garantindo um maior desenvolvimento no ambiente de trabalho.

Em largo nível, o assédio moral no trabalho ocorre devido aos preconceitos em relação ao gênero, à opção sexual e/ou à etnia. O dano ocasionado pela impertinente situação não se limita ao estado psicológico da vítima, pois há consequências físicas, deixando o trabalhador debilitado para executar as suas atividades. A exposição do trabalhador ao assédio por longo prazo pode desencadear doenças mais graves, como a depressão e ansiedade, prejudicando a vida pessoal, intelectual e, obviamente, o trabalho. Assim, o receio do desemprego e da exposição

ao ridículo faz com que a vítima continue sem qualquer reação contra o agressor. Em face disso, ocorre a desvalorização do ser humano e a impotência de resistência da parte lesionada.

O despreparo do empregador para erradicar condutas típicas de assédio e qualificar gestores deixa o ambiente de trabalho propício a situações de discriminação. Além do dano ocasionado ao trabalhador, a empresa obtém resultados negativos como a mão de obra desmotivada, baixos resultados, rotatividade maior de colaboradores e número de absenteísmo elevado. A qualificação dos gestores e chefes de setores nas empresas e a criação de códigos de conduta podem ajudar nessa situação em que não sejam tolerados assédios moral e sexual, discriminação por raça, gênero ou orientação sexual; promover canais para denúncias confidenciais (garantindo maior respaldo e segurança ao colaborador para reportar as ocasiões em que tenha sofrido danos psicológicos). Também a elaboração de normas disciplinares e campanhas de conscientização resultariam em maior visibilidade do problema, assim como os seus respectivos danos, inibindo a cultura de discriminação nas empresas. Contudo, indaga-se: de qual forma se pode promover um ambiente de trabalho sadio e viabilizar os direitos do trabalhador diante do assédio moral?

1.5 Condutas Abusivas

Embora seja considerado comum nas relações de trabalho, o chefe, o gerente ou qualquer outro tipo de superior hierárquico insultar os empregados, sob a desculpa de corrigi-los, esse comportamento inadequado ocorre também na frente de outros funcionários ou até mesmo de clientes. Além de gritos e ofensas, o superior hierárquico persegue determinado empregado, obrigando-o a cumprir metas impossíveis ou tarefas que extrapolam as forças do trabalhador. Muitas vezes o trabalhador é ridicularizado em público, em reuniões, eventos, ofendido com palavras ou apelidos vexatórios. Em outros casos, é exposto ao ridículo com brincadeiras de mau gosto no grupo tendo, por exemplo, que pagar por não ter se destacado na produção da empresa. O excesso de cobrar os funcionários de forma persistente ou noutras formas de produções rotineiras representa o assédio moral no trabalho. Portanto, a empresa pode ser condenada a pagar por danos morais pelo estado vexatório ao qual o funcionário foi submetido ou até mesmo casos em que o

empregado pode vir a ter algum tipo de doença psíquica, quando as provocações, os xingamentos e apelidos provêm dos próprios colegas de trabalho do mesmo nível hierárquico.

Quando as perseguições, os gritos e ludíbrios persistentes partem do superior hierárquico é de suma importância que os empregadores estejam sempre vigilantes ao que ocorre com os subordinados, fiscalizando o local de trabalho, orientando para que haja um ambiente de respeito mútuo entre colegas a fim de que sejam evitadas demandas na justiça do trabalho, por um dano que poderia ser evitado caso ocorra respeito e estima pelo trabalhador.

O desrespeito, o constrangimento e a humilhação, de maneira contínua, acarretam o assédio moral, o terror psicológico, no ambiente de trabalho e isso é causado por qualquer conduta abusiva realizada por intermédio de gestos, palavras, comportamento ou atitude que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando o seu emprego ou degradando o clima de trabalho.

Apelidos, constrangimentos, agressões não se harmonizam com aquilo que a lei define como contrato de trabalho em comum. A humilhação repetitiva e de longa duração interfere na vida de assediado de modo direto, comprometendo sua vida, e, de modo indireto, compromete sua identidade, dignidade e suas relações afetivas e sociais, ocasionando graves danos à saúde física e mental, que pode evoluir para a incapacidade ao trabalho, desemprego ou mesmo a morte, constitui um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho.

O assédio moral atinge homens e mulheres de qualquer nível hierárquico e pode levar a vítima a ter sérios problemas físicos e/ou psicológicos, pode atingir a vida pessoal e até interromper a carreira profissional. A empresa, mesmo que não compactue com as atitudes de abuso, responde legalmente por elas, pois o empregador deve zelar pela integridade psíquica, bem-estar e saúde dos funcionários. Portanto, é imprescindível que a organização atue na prevenção e também saiba identificar e diferenciar os tipos de assédio. Sendo assim, o Assédio Moral no Trabalho é uma manifestação antiética, que possui por escopo tornar o ambiente de trabalho desagradável, a ponto de afetar de forma direta o empregado. Para atingir essa finalidade, o agressor se utiliza de condutas comissivas e omissivas. Esse é o cenário

que caracteriza o nascimento de uma patologia organizacional e tem se tornado recorrente devido à precariedade de empregos.

Existem vários tipos de manifestações comportamentais de assédio que vão desde comportamentos físicos e atitudes como, por exemplo, atribuição de tarefas inúteis, degradantes ou avassaladoras no local de trabalho até a confidencialidade e intimidade, divulgação de informações pessoais ou exposição a exagero e controle, insultos, calúnia, crítica, confusão, humilhação e estigma social repetitivo, trabalho forçado, abuso verbal ou físico etc.

Nessa constituição histórica foi possível apresentar como o Assédio Moral no Trabalho pode ocorrer entre funcionários de organizações não privadas e públicas. O tema mostrou-se um desafio tendo em vista a necessidade de auxiliar os trabalhadores e os empregadores a identificarem o assédio moral em suas relações de trabalho e, principalmente, quando vêm da alta administração por categoria, bem como divulgar o conceito, os limites de comando, o assédio, a ética e discutir maneiras de prevenir e compelir esses danos aos funcionários.

Fica claro, que o abuso de poder dado a um empregador na relação de trabalho cria um dilema moral, sendo capaz de causar desvios de condutas nos quais são caracterizados pelo ato de humilhar e degradar uma pessoa a um nível inferior de liderança no ambiente de trabalho. Portanto, o trauma comportamental mais comum é um declínio direto, o tipo mais comum de configuração de trauma psicológico. O dano à saúde da vítima pode ser grave, seja ele físico ou mental. A vítima é prejudicada em todos os aspectos de sua vida social, profissional, intelectual ou familiar. Os efeitos do trauma psicológico no funcionário são evidentes, principalmente em seus direitos e dignidade. No entanto, além de prejudicar a sua saúde, a vítima corre o risco de perda do emprego, pois as empresas não empregam pessoas com problemas de saúde.

É importante entender a prevenção da violência comportamental e o Assédio Moral no Trabalho. É necessário que as organizações adotem um código de conduta baseado em seus subordinados e superiores, promover informações, planejamento e estratégias para mobilizar os funcionários para responsabilizar o agressor. Além disso, é preciso estabelecer um programa de prevenção desenvolvido com o auxílio de pessoas que possam esclarecer pontos questionáveis sobre essa situação.

As empresas também podem participar de uma gestão que priorize um meio ambiente laboral saudável. Uma das formas de fazer isso, no caso da Violência Comportamental, seria a inclusão de especialistas em relações humanas. Esses profissionais como psicólogos, educadores de negócios ou gerentes de Recursos Humanos investiriam no desenvolvimento e treinamento humano. Prática que promove a chamada política de ensino e aprendizagem contínua no ambiente de trabalho e é considerada um requisito básico para a prevenção e intervenção da Violência Comportamental. Tal condição visa transformar o ambiente de trabalho, tornando-o incansável, indolor, proporcionando relações harmoniosas entre os empregados e entre eles e os empregadores.

O aprofundamento, no estudo contra o *bullying* prevenido por um mediador interno, como os sindicatos, que fiscalizam as condições de trabalho e intervêm em casos de assédio flagrante, tem mostrando uma força de combate ao assédio moral e a qualquer comportamento que viole os direitos dos trabalhadores. Outra forma de intervir no abuso ético seria o trabalho clínico atuante que fazendo seu trabalho por direito próprio, amenizaria o problema dos problemas de saúde mental (BOTELHO, 2006). Neste caso, o especialista e o psiquiatra acompanham os efeitos da medicação nas emoções e no comportamento do trabalhador com a ajuda de outros profissionais como enfermeiros e assistentes sociais que também trabalham no local. Se forem confrontados com um caso de Violência Comportamental, eles procuram mediar conflitos a fim de promover um ambiente de trabalho harmonioso, agradável e sem julgamentos que sejam tanto trabalhosos.

Dentre as competências da equipe, no campo da Gestão de Recursos Humanos, o psicólogo se destaca, por reconhecer, por meio de suas técnicas especializadas, a promoção de formas de expressão e pensamento humano, independente do nível individual, grupal ou organizacional. Isso deve estimular a comunicação entre os funcionários, com base no desenvolvimento da autenticidade e da coerência de situações profissionais complexas. No entanto, o psicólogo que atua na área de Gestão de Recursos Humanos não precisa nem deve atuar sozinho no programa de prevenção e combate ao assédio comportamental, pois pode utilizar o conhecimento e a cooperação em outras áreas da empresa, como controles internos e até instalações médicas no ambiente de trabalho. Além de ser consultor, deve tranquilizar os executivos de sua importância, estabelecendo uma cultura de

mapeamento e determinar os princípios sobre o que constitui o assédio e a posição da empresa a esse respeito.

Sugere-se que o tema assédio seja discutido com as lideranças da organização, a fim de aprimorar o diálogo e o sistema de defesa. No entanto, a fala deve ser acompanhada pela prática para estabelecer um ambiente harmonioso que reduza a raiva e, assim, evite o surgimento de *bullying* no trabalho.

Convém destacar que o papel do psicólogo não se limita à promoção da diversidade e à atuação no discurso público. O psicólogo tem como objetivo criar um ambiente de trabalho harmonioso por meio de suas ferramentas práticas e teóricas. A ênfase é conectar o indivíduo à organização como um participante ativo e não como um mero recurso para a realização do trabalho. É responsabilidade do psicólogo tratar os funcionários com respeito, considerando sua individualidade e permitindo que expressem suas ideias e opiniões, além de respeitar seus limites profissionais. Dessa forma, o psicólogo atua de forma efetiva no ambiente de trabalho, contribuindo para a criação de um ambiente saudável e produtivo.

1.6 Considerações sobre o Estado da Arte

À luz da perspectiva da Análise de Discurso segundo Michel Pêcheux (2009) podemos analisar como o discurso é constituído sob a forma jurídica bem como as peculiaridades da Justiça do Trabalho e sua ligação com a proteção dos direitos fundamentais do trabalhador, indicando a importância da integridade física como ponto de partida para a Análise de Discurso. Deste modo, a evolução do processo do trabalho ao longo da história desde os períodos como a escravidão e a servidão, já apresentam mudanças significativas sobre o processo de (luta) melhores condições de trabalho e remuneração.

Ao examinar com cuidado os discursos “evolução” e “proteção” presentes em todo Estado da Arte, fica evidente que esses termos desempenham um papel fundamental na moldagem de uma narrativa positiva sobre o desenvolvimento da Justiça do Trabalho. O discurso “evolução” sugere progresso e aprimoramento contínuos ao longo do tempo, destacando como a Justiça do Trabalho se adaptou e cresceu para atender às necessidades em constante evolução da sociedade e do

mercado de trabalho. Por outro lado, "proteção" ressalta o compromisso fundamental da Justiça do Trabalho em garantir os direitos e o bem-estar dos trabalhadores, demonstrando a importância da instituição na salvaguarda dos interesses daqueles que dependem dela. Esses discursos não apenas descrevem a trajetória positiva da Justiça do Trabalho, mas também refletem seu propósito essencial de promover a equidade e a justiça no mundo.

Nessa perspectiva o destaque sobre a Revolução Industrial como marco que motivou a necessidade de proteger a integridade física do trabalhador devido às más condições de trabalho, conecta diretamente com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a preocupação com a qualidade de vida no local de trabalho. Isso evidencia como eventos históricos moldam as políticas de trabalho. A Revolução Industrial XVIII foi caracterizada por condições de trabalho adversas e muitas vezes perigosas, provocou uma mudança crucial na percepção das necessidades de proteção dos trabalhadores. A luta pela integridade física dos trabalhadores se tornou uma prioridade, levando à criação de leis trabalhistas e à formação de órgãos como a Justiça do Trabalho. Da mesma forma, a Primeira Guerra Mundial trouxe à tona a importância de garantir uma boa qualidade de vida no local de trabalho, pois a saúde e a produtividade dos trabalhadores eram vitais para o esforço de guerra. Essa conexão histórica evidencia como esses eventos moldaram as políticas de trabalho e a linguagem usada para justificá-las, destacando a evolução contínua da Justiça do Trabalho em resposta às necessidades cambiantes da sociedade.

Diante essas primeiras considerações podemos examinar as proposições que constituem constantemente discursos que circulam no meio jurídico sobre o Assédio Moral no Trabalho: "violência", "humilhações" e "desestabilização"; para descrever o Assédio Moral no Trabalho e destacar a gravidade do problema enfrentado pelos sujeitos no ambiente de trabalho. A escolha cuidadosa desses discursos reflete a intencionalidade da natureza prejudicial do Assédio Moral no Ambiente do Trabalho. Esses discursos evidenciam como a linguagem desempenha um papel fundamental na conscientização e na defesa contra o assédio moral, contribuindo para a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis e respeitosos.

Sobre a ótica da Análise de Discurso pode-se observar nos discursos o papel fundamental das empresas na prevenção do assédio moral. No caso da posição das empresas na prevenção do assédio moral, essa questiona se é pró-ativa e genuína

ou se serve principalmente como uma estratégia de "lavagem de imagem" para melhorar a imagem das empresas fazendo assim um descolar das "formações imaginária". Além disso podemos analisar, se as empresas estão verdadeiramente assumindo responsabilidade pelos problemas ou se estão simplesmente transferindo a responsabilidade para os sujeitos no ambiente de trabalho.

Assim, com a Análise de Discurso podemos analisar a produção de sentidos e a importância da prevenção como uma forma eficiente de combater o Assédio Moral. A abordagem preventiva é ressaltada no discurso como uma estratégia eficaz para lidar com o assédio moral. Ao enfatizar a prevenção, os discursos refletem em primeiro lugar que é fundamental proteger os trabalhadores e promover um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo. Isso nos revela as formas discursivas usadas para promover a prevenção como uma abordagem eficaz na luta contra o assédio moral.

CAPÍTULO II

BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Dando início à reflexão linguística, faz-se referência a Ferdinand Saussure o qual constituiu a visão sistêmica da língua. No entanto, quanto à “subjetividade da linguagem” não se pode deixar de notar Émile Benveniste sobre a forma como a incorpora nos estudos da linguística. Desse modo, ele se preocupa em analisar o enunciado ao invés do texto. Essa perspectiva é concebida entre meios da comunicação e da interação entre interlocutores e há uma relação de apropriação da linguagem que vai constituir o sujeito no ato da enunciação. A Subjetividade, a partir dessa perspectiva, apresenta o locutor como “sujeito” e o “ego” determinado pela “pessoa” na enunciação. A possibilidade da linguagem remete a uma relação entre o “eu e o tu”, o que se observa quando Benveniste expõe que a subjetividade seria a capacidade que o locutor possui em se colocar como sujeito. A linguagem é considerada como uma possibilidade subjetiva por constituir uma propriedade, a qual Benveniste distingue de formas “vazias”, em que o locutor se apropria dessas para enunciar. Portanto, o sujeito a partir dessa perspectiva teórica emerge da linguagem.

O “Aparelho formal da enunciação”, que Émile Benveniste destaca, considera o estudo da linguagem quanto o emprego da forma; e define a enunciação no quadro da forma e sua realização de acordo com seu caráter, a partir das manifestações individuais que são atualizadas. Por sua vez, as formas são definidas por Benveniste como as possibilidades de escolhas que vêm desencadear no paradigma as condições sintáticas, essas não devem ser entendidas do mesmo modo do emprego da língua. A enunciação, segundo Benveniste (2006, p. 82), “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual”. Assim, o locutor toma a língua como instrumento para marcar os caracteres linguísticos pelo discurso, ou seja, pela manifestação da enunciação como proposto por Benveniste (2006, p. 82): “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso”.

No entanto, no que se refere à história da linguística e a contextualização sobre a área de estudo Linguística moderna é necessário fazer um recorte a partir da publicação do *Curso de Linguística Geral*, para se refletir acerca da Análise de Discurso de linha francesa. Sem dúvida, Saussure inaugura os estudos relacionados

à língua; por esse viés, estudiosos se interessaram pela linguagem dando origem à Análise de Discurso.

A Linguística tem lugar particular nos estudos da linguagem. Saussure toma a língua como objeto de estudo. Para ele, a língua é social, define-se como um sistema de signos utilizados pelos membros da comunidade. Ela é essencial como parte da linguagem. Porém, outras teorias surgiram e se interessaram sobre esse fenômeno, a Análise de Discurso de linha francesa é uma delas. Se se pensar na linguagem, não se trata de um processo simples de comunicação, pois possui elementos com os quais estabelece sentidos na sua produção. Saussure constitui a sua tese da língua em oposição à fala. Nesse contexto, a língua é o resultado da organização dos signos no interior da mente dos indivíduos. A fala, por outro lado, constitui-se como um ato linguístico do processo psicológico, ou seja, é a realização mental dos pensamentos dos indivíduos.

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita, a cavaleiros de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (SAUSSURE, 2006, p. 17).

A teoria da Análise de Discurso compreende como a língua trabalha simbolicamente na constituição sócio-histórica do homem. Concebe a linguagem diante as manifestações que essa produz num determinado contexto, considerando-a como real e natural na sociedade. A linguagem, a partir dessa manifestação, é concebida no aspecto discursivo centrada num processo parafrástico em que sempre algo dizível mantém-se na memória, sendo que, no processo polissêmico observa-se o deslocamento, ou seja, a ruptura num processo de significação da linguagem.

Sustentada no tripé do marxismo, da psicanálise e da Linguística, a Análise de Discurso surge nos meados da década de 1960, quase seis décadas após a publicação do livro póstumo de Saussure, tendo como prática, em princípio, colocar em suspenso a interpretação, “já que todo fato já é uma interpretação” (PÊCHEUX, 2015, p. 44). A partir dessas considerações, pode-se compreender que a Análise de Discurso desloca-se trabalhando entre essas teorias e estabelece um paradigma na constituição como ciência, pressupondo um legado materialista e histórico na

constituição da linguagem, quando observado o seu funcionamento nos espaços onde ocorre.

Deste modo, com delimitador a partir da constituição desse campo do saber a “Linguística”, tendo como precursor Ferdinand Saussure com a publicação do livro *Curso de Linguística geral* com o qual veio a ganhar o caráter de ciência moderna. Sem dúvida, sua obra é de suma importância para a ciência da linguagem, pois, como foi elaborado, a Linguística torna um delimitador entre as vertentes teóricas, posto que os estudos de Saussure apresentam uma grande contribuição para o entendimento nos estudos da linguagem.

Se se analisar a linguística que antecedia a Saussure, essa se delimitava a questões que se relacionavam aos estudos cíclicos comparativos como os estudos do hindu, no qual tinha como preocupação a descrição fonética e gramatical. De nenhuma forma, nos trabalhos desenvolvidos durante o século XIX, os estudos comparativos tiveram grande repercussão com a percepção dos estudiosos nesse período pela paridade entre o latim, o grego e o sânscrito. Entretanto, esses estudos eram voltados às questões históricas, ou seja, “diacrônico”. Dito de outro modo, estudavam as mudanças na linguagem no decorrer do tempo para, assim, estabelecerem relações comparativas entre as línguas. Mesmo assim, Saussure fazendo parte desse grupo de estudiosos que se ocupavam com os estudos do sânscrito, passou a dedicar-se a um estudo sistêmico, onde estabelece sua primeira dicotomia, diacronia e sincrônico. Nesse período, houve uma revisão desses estudos devido a mudanças das perspectivas teórico-positivistas.

O positivismo, durante o final do século XIX e no início do XX, considerava que a única forma de obter conhecimento seria através do método científico. No entanto, os estudos dedicados à Linguística histórica estabelecidos pelo modo diacrônico não se sustentavam mais na medida em que abordavam os aspectos históricos e as mudanças no objeto, que, na visão positivista, deveria ser considerado de modo estático, possibilitando, assim, maior compreensão do seu comportamento.

Destarte, Saussure, destaca-se ao estabelecer um próprio método para a Linguística delimitando a língua como o seu objeto de estudo. O autor constitui um recorte temporal excluindo a história e, por causa disso, estabelece o estudo dicotômico diacrônico e sincrônico estabelecendo a linguagem de forma heteróclita e multifacetada. A partir da dicotomia sincrônico-diacrônica, Saussure move-se

epistemologicamente, estabelecendo reflexões por meio de um recorte num período para determinar mudanças que ocorreram na língua. Assim, ele estabelece uma relação que uma vai sobressair: enquanto a diacronia constitui os elementos em relação à história, a dicotomia sincrônica estabelece relações com fatores psíquicos presentes na língua.

Ao tomar a língua como objeto, ele define ainda a língua como um “produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa função” (SAUSSURE, 1971, p. 17). Assim, como dito anteriormente, vê a língua como objeto, e estabelece um estudo dedicado à língua em detrimento da fala. A língua, nesse contexto, seria todo o conhecimento do mundo que está internalizado na memória, ou seja, é o agrupamento de concepções internalizadas na mente de “um corpo social” e isso permite que as pessoas se comuniquem, entenderem-se. A fala seria a realização desse conhecimento, ou seja, um fator externo, segundo Saussure (1971, p. 22), “A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência (...)”.

Nesse percurso teórico, pode-se observar, sobre outro ponto de vista importante, o “circuito da fala” (SAUSSURE, 1971, p. 19). Segundo ele, dar-se-á pelos fatos da consciência de um determinado sujeito, que denominou de “conceitos”, os quais estão associados às representações dos signos linguísticos. Desse modo, supondo que existam dois falantes exemplificados por ele como A e B, circuito da fala vai se prolongar de um para outro num processo primeiramente psíquico, pelas experiências, pelos conceitos depositados no cérebro e depois por um processo fisiológico correspondente aos órgãos responsáveis pela fala. Todo o processo dar-se-á através de um *feedback* entre A e B.

As representações dos signos linguísticos por Saussure dão-se em duas faces, a primeira pelo meio conceitual que é o significado; e o segundo pela representação sonora que é o significante. Desse modo, foi necessária a apresentação de mais uma dicotomia saussuriana: a do significado e significante, conceitos que vão se opor.

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o *signo linguístico é arbitrário* (SAUSSURE, 1971, p. 81).

Dito isso, a ideia sobre um determinado termo terá relação com as suas particularidades sonoras e suas representações significantes. O significado, por outro lado, está relacionado com a imagem acústica, ou seja, o conceito. No entanto, a relação existente entre a imagem acústica e o conceito está marcada pela sua arbitrariedade. Isso quer dizer que não existe nada de natural de seu significado e os sons produzidos pelos signos linguísticos. Assim, Saussure (1971, p. 82) define o princípio de arbitrariedade “e do signo não é contestado por ninguém; às vezes, porém, é mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe”.

Na esteira do campo dicotômico saussuriano não se esquece o de sintagma e paradigma. Essas dicotomias unidas da língua conceberão no plano sintagmático as relações que desembocam no processo de comunicação com os sentidos produzidos da fala, de modo linear. No plano paradigmático, por sua vez, concebe-se a partir da motivação que dará as possibilidades, ou seja, ocorrências que podem acontecer em um determinado contexto, de substituição de um elemento conforme a classe formal. O olhar funcionalista surge em oposição ao estruturalismo, propondo um estudo na perspectiva gramatical estrutural nas diferentes situações de comunicação entre as formas e os significados existentes entre as palavras. Desse modo, é bem significativo, ao se analisar um texto, por exemplo, as funções que este estabelece no processo de comunicação entre os sujeitos, através da fala e escrita.

Se se avança nessa reflexão sobre esse sistema de comunicação, depara-se com alguns elementos propostos por Roman Jakobson: emissor, receptor, mensagem, código, canal de comunicação e contexto. Cada um desses elementos são responsáveis por aspectos no sistema de comunicação: emissor é aquele responsável da mensagem; mensagem é a informação transmitida; receptor é quem recebe a mensagem e o código são as combinações de signos empregados para se comunicar. A relevância constituída a respeito desses conceitos: à sincronia dinâmica e variabilidade do sistema, Jakobson, a partir de sua tese, sugere com base em suas influências teóricas a partir do Círculo Linguístico de Praga com a retomada da subjetividade presentes num objeto de estudo. Jakobson afastando-se da dicotomia saussuriana diacronia/sincronia cristaliza sua proposta sincrônica de aspectos nas transformações fônicas em relação a suas funções. O autor argumenta, numa de suas teses a respeito à língua, sobre a noção de tempo na língua, que vem estabelecer um elo entre significação e os significantes dos enunciados. Outros dois eixos que se

pode tratar são os da metáfora e metonímia que foram destacados devido a sua importância tanto nos estudos da arte e nos estudos poéticos no plano sintagmático quanto paradigmático. A metáfora consiste na ampliação da língua no uso dela, enquanto a metonímia é usual no cotidiano. Neste viés, a metáfora consiste na substituição de uma palavra ou até mesmo de uma expressão, sem perda das particularidades existentes entre elas. Outros aspectos que norteiam essa discussão é que a metonímia se constitui através do eixo sintagmático, enquanto a metáfora se constitui no eixo paradigmático. Desse modo, aqui se pode estabelecer uma crítica em relação à dicotomia saussuriana paradigmática/sintagmática.

Sem dúvida, Saussure, idealizador da Linguística moderna, apresentou, a partir da publicação do *Curso de Linguística Geral*, a relação entre a dicotomia língua e fala. Na relação entre essa dicotomia, Saussure classifica a língua como sendo todo o conhecimento internalizado que se possui de sua manifestação, ao passo que a fala seria a realização desse conhecimento, sendo ainda através dessa manifestação que se percebe toda a modificação na língua. Outra dicotomia proposta pelo autor é a sincrônica/diacrônica, na qual a sincrônica estabelece um estudo com centro no sistema linguístico, de caráter estático e descritivo com atenção ao modo de funcionamento da língua no momento estudado. Já a diacronia se interessa pela evolução e a motivação para estados diferentes de uma mesma língua e o tempo é levado em consideração.

A respeito da mudança na concepção dos estudos estruturalistas ao longo do tempo, de alguma forma, ela vai se apresentar através das dicotomias saussurianas. A título de exemplo, a dicotomia supracitada desencadeou uma ruptura da concepção em virtude das posições dos estudos gramaticais positivistas, entre outros, que criticavam essas correntes teóricas e começaram a determinar mecanismos de pesquisas que constituiria como objeto a fala. A fala a partir desse contexto foi tomada como objeto.

A Sociolinguística surge por volta de 1960, tendo como principal estudioso William Labov se apresentando em um congresso e tendo como orientação, pressupostos de “variação linguística e social” nos Estados Unidos. Foi juntamente com esses estudos que se iniciaram pesquisas em relação às mudanças das estruturas da fala nas comunidades. Essas mudanças podem ser de diferentes formas numa mesma comunidade, contudo, alguns fatores devem ser considerados de suma

importância, dentre os quais se destacam a faixa etária, gênero e origem que contribuíram para detectar o comportamento linguístico manifestado pelos falantes. Portanto, constituiu-se como um modelo para os estudos dos fenômenos linguísticos de uma determinada comunidade, sob essa perspectiva.

A Sociolinguística manifesta-se a partir dos estudos da antropologia nos quais, o pensamento dos estudos da linguagem e a sociedade são inseparáveis, influenciando fortemente essa ciência e criticando o estruturalismo saussuriano que não contemplava as características históricas e sociais que poderiam afetar um grupo de falantes através do uso de uma variante.

Entretanto, vale ressaltar que antes de Labov, Antoine Meillet já se contrapunha aos estudos de Saussure, não constituindo diferenças entre a dicotomia entre a língua e a fala. Meillet utiliza em seus estudos a terminologia linguagem em suas concepções em que a própria linguagem existe devido a um grupo social e a sua capacidade de compreendê-la. A linguagem e a fala são definidas indistintamente. Para ele, a linguagem e a fala constituem um fato social, com suas particularidades e concretudes. Labov, por outro lado, discorreu que a língua é um fato social da exterioridade da comunidade da fala.

A respeito da comunidade de fala, sua constituição se dá a partir da inserção de um indivíduo numa comunidade propiciando-lhe, assim, uma série de experiências devido ao contato com outros e, por conseguinte, com outros aspectos de língua e fala. As comunidades em geral possuem traços organizados na fala, que dão características distintas de uma para outra. Esses traços são visíveis a depender da idade, nível de escolaridade, sexo, atividade profissional, crença religiosa, sendo mais visíveis a partir das divisões de classes sociais.

Cumprе lembrar que a variação pode ocorrer pela apropriação dessas variações numa comunidade. A variação linguística, por sua vez, é definida como o conjunto de variedades que pode ocorrer num dado grupo social numa comunidade e de acordo com um contexto histórico social geográfico cultural determinando os diferentes modos de falar dessa comunidade. Para detectar uma variação é necessário considerar alguns aspectos, ou seja, princípios que nortearam uma análise neste campo teórico, fatores já tangenciados no parágrafo anterior. Entretanto, é oportuno sublinhar que a variação linguística se estabelece de modo sincrônico. Dito

isso, ao refletir sobre a constituição da língua na sociedade pode-se concluir que foi instaurada por meio de regras preestabelecidas entre os membros da sociedade.

Entretanto, ao se deslocar os estudos das manifestações da fala na língua, esta vem imprimir características próprias, dando conta de elucidar suas manifestações a partir de um método que aborda todos os fenômenos sociais da linguagem. Ao retomar a variação linguística, dispõe-se de sua caracterização pela capacidade que a língua possui de se transformar e se adaptar de acordo com alguns componentes. Esses componentes estão relacionados com a história, ou seja, o tempo de uso da língua, os grupos sociais que a utilizaram, o país onde é falada e também em relação ao estilo, ou seja, a situação de uso desta língua. Nesta senda, o Brasil possui um vasto território geográfico e, em detrimento disso, pode-se dizer que, unido a este elemento e relacionado à variação linguística, existe uma enorme pluralidade de variações na língua, neste caso, a língua portuguesa. Como abordado anteriormente, a relação do componente histórico das variações linguísticas se dá hoje pelo contato dos diferentes grupos de etnias e grupos sociais que tiveram e tem contato com a língua em dado período histórico.

Ao se pensar no uso da língua, julgando-a como errado ou certo, ou até mesmo se existe uma variação pior ou melhor, é necessário, em primeiro lugar, considerar a identificação das variantes nas falas dos grupos sociais para depois se definir um padrão nacional. Dito isso, existem diferentes instituições em diferentes espaços sociais e não diferente disso, existem diferentes indivíduos que circulam por esses espaços sociais. Os espaços sociais determinam as variações linguísticas; e em relação ao indivíduo, ao espaço e à variação, é bom lembrar na questão sociológica que a existência de um erro, independente do grau, dependerá da distribuição deste indivíduo na “pirâmide das classes”, que também será uma pirâmide de variações linguísticas.

2.1 Análise de Discurso

A Análise do Discurso de linha francesa surge nos anos 60 como resposta a duas fortes tendências no campo da linguagem. No centro, deste novo conceito está a estruturação linguística que veio servir de guia e inspiração teórica. Afinal, a Linguística moderna, em seu papel de experimento nas ciências humanas, foi e é

capaz de fornecer ideias, importantes ferramentas de análise da linguagem. A Análise de Discurso surge com a publicação de Michel Pêcheux intitulada *Automatic Discourse Analysis*, artigo da renomada revista *Languages*, editada por Jean Dubois.

Do ponto de vista político, a Análise de Discurso surge do movimento de linguagem intervencionista, revolucionário, antiextremista, atuante na época, que se desencadeia fortemente nas novas classes do capitalismo. Junto a essa tendência evolutiva, a Análise de Discurso busca constituir as relações da língua, abrindo um campo de questionamentos dentro da própria linguagem, utilizando-se dos deslocamentos locais críticos nas esferas sociais, principalmente nos conceitos de linguagem, história e discursos. Assim, a ciência da história e do homem não é a mesma. Entretanto, a consciência é observada como elemento real, e parte integrante da atividade humana.

A proposta da Análise de Discurso, a partir de uma perspectiva francesa, desde os conceitos-chave até o tema, discurso e ideias. Tem como escopo confrontar os campos da Linguística e das Ciências Humanas sociopolíticas. Essa direção teórica resguarda a noção de que a linguagem externa e como as condições para a produção de um discurso que intervém na escrita, como debate, ou seja, como memória, abrange toda a área do que está sendo dito. Nesse contexto, a Análise de discurso, criada por Michel Pêcheux, vem se constituir na relação entre Linguística e Teoria do Discurso, utilizando a representação de três campos distintos a Psicanálise, o Marxismo Histórico e a Linguística.

2.2 Um Pouco de História

Nos escritos de Michel Pêcheux, elaborados entre 1977 e 1982, ele examina as condições epistemológicas das Ciências Humanas na França. Além de meditar sobre a história da Ciência Humana, a teoria analisa os fundamentos epistemológicos que possibilitaram o surgimento da Análise de Discurso. Portanto, seu foco está no papel da Linguística no campo das Ciências Humanas, seus problemas, seus benefícios e a contribuição que a ciência da linguagem traz para a área de AD. Neste sentido, Pêcheux chama de “tenda tridimensional” a Saussure, Marx e Freud.

[...] esse triplo assentamento traz consequências teóricas: a forma material do discurso é linguístico-histórica, enraizada na História para produzir sentido; a forma sujeito do discurso é ideológica, assujeitada, não psicológica, não empírica; na ordem do discurso há o sujeito na língua e na História. (GREGOLIN, 2001, p. 1).

Com base nessa relação entre a linguagem, a Análise de Discurso rejeita ideias de que a linguagem possa ser reduzida a uma questão de pensamento ou à ferramenta de comunicação. A linguagem é considerada uma ação, uma modificação, como um processo metafórico em que o ato de nomear algo ou alguém acarreta implicações sociais e políticas. Um nome pode representar identidade, pertencimento e status social, portanto, pode ser utilizado como uma ferramenta de poder, para diferenciar e classificar as pessoas respaldada em sua raça, seu gênero, sua classe social etc. Além disso, a escolha do nome pode ser influenciada por questões de propriedade e propriedade intelectual, já que o nome de uma empresa ou marca é visto como um ativo valioso. Portanto, é importante compreender todas as implicações sociopolíticas presentes na escolha e no uso de nomes. A Análise de Discurso francesa observa a linguagem em seu processo histórico, atende à perspectiva não imanente e informal da linguagem e dá direito às condições para a produção e aceitação do texto, bem como os efeitos da interpretação. Michel Pêcheux, desse modo, surge como um pioneiro da teoria onde viu a possibilidade de desenvolver uma investigação sobre as relações de poder estabelecidas politicamente no contexto social da sua época.

Em relação ao materialismo dialético, Pêcheux(2009), influenciado pelos escritos de Althusser, concebe a expansão da noção de materialismo marxista. O conceito de materialismo, introduzindo por Pêcheux (2009), vai fornecer evidências entre as tensões existentes no conflito social a partir dos parâmetros das normas ideológicas e sociais. A ideologia pode ter uma influência significativa na forma como as pessoas percebem o seu lugar na sociedade, mas a afirmação de que a prática da ideologia leva a uma submissão a todo sujeito é uma generalização excessiva. É importante lembrar que as pessoas têm suas próprias opiniões e a forma como elas interpretam e aplicam as ideologias varia.

A relação de Althusser com a Análise de Discurso baseia-se na ideia de que a linguagem é também um conceito material e, nela, podem ser identificadas as características ideológicas do sujeito. A visão da formação do sujeito, a partir de uma apreensão estabelecida no discurso do outro, é o que definiu a representação dos sujeitos para a Análise de Discurso.

Segundo o estruturalismo saussuriano, a linguagem não é entendida em sua relação com o mundo, mas como um sistema fechado dentro dele, que deve ser mantido. Define as estruturas da linguagem de acordo com as relações que elas desenvolvem entre si. Há, em Saussure, a proeminência da própria forma de uma relação binária de sentido: "A" significa algo apenas porque "B" não. Esses aspectos da estrutura também foi uma forma de colocar o tópico na Análise de Discurso através do sistema de linguagem. Sobre a fala, ela é prática, não apenas para representar o mundo, mas, sobretudo, para significar o mundo. A natureza disso é um conflito de linguagem, que é relevante para a vida pública, as práticas políticas e instituições. Ao meditar sobre esse conceito, as forças que criam a realidade social ao mesmo tempo controlam, através do uso da linguagem, os processos de comunicação. A fala é então construção do sujeito, ou melhor, o sujeito não está fixado em seu sentido de fala, mas é parte integrante do sentido da palavra, da vontade do homem. Mas se, por um lado, o discurso se manifesta no sujeito, por outro, este é afetado pelas tensões que constituem os espaços de discursividade.

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrinsecam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento (MALDIDIER, 2003, p. 15).

Nesse ponto, segundo Pêcheux (1988), um debate é o resultado de interpretações entre falantes. Portanto, não é apenas a intenção de transmitir informações. São sujeitos e sentidos que são influenciados pela história no funcionamento da linguagem (valor) e não a linguagem como regra de muitas funções como se pensa, pois os efeitos de sentidos são variados.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2013, p. 15).

Orlandi chama a atenção para a importância da Análise de Discurso para compreender as representações sociais e as ideologias presentes em diferentes tipos de discursos. Em sua opinião, o discurso é uma forma de ação social usada entre os

sujeitos nas esferas sociais; ou seja, desenvolve-se a partir de interações sociais e da dinâmica de relações de poder entre os falantes, logo, não pode ser visto apenas como transmissão de informação, como também uma forma de construção da realidade e de afirmação de identidades sociais.

2.3 Análise de Discurso como Base Teórica

Nesta seção será feita a apresentação da teoria que sustenta esta tese: a Análise do discurso de linha francesa cujo principal teórico é Michel Pêcheux e, aqui no Brasil, a sua principal divulgadora é a estudiosa Eni Orlandi. Entretanto, como um dos pilares dessa teoria é a linguística, será necessário passear pelos estudos de Saussure, uma vez que é tido como o “pai da linguística moderna”. Assim alguns conceitos serão expostos e considerados e outros serão comentados a partir da perspectiva da Análise do discurso.

Há muitos anos, com corte na linha de tempo e espaço na Grécia Antiga, o homem já se preocupava em estudar a linguagem. Um dos exemplos clássicos é Platão em sua obra *Crátilo* com a problemática do convencionalismo e do naturalismo. Além do problema levantado, outra questão é trazida por Aristóteles, no *Tratado de Interpretação*, ao abordar que os signos podem variar conforme a sociedade. Embora sejam inúmeras as contribuições dessa época e povos (hindus, romanos etc.) esses estudos geralmente divagavam entre diversas teorias e ciências como a Filosofia, Filologia, Lógica, entre outras, o que, de modo geral, contribuiu para ser um estudo assistemático. Alguns autores dividem os estudos linguísticos Pré-saussurianos em três fases: Filosófica, com caráter normativo; Filológica, comparando textos e impulsionando, tardiamente, a comparação das línguas; e Histórico-Comparada que, de fato, comparou as línguas entre si.

Posteriormente, no que se refere à linguística, foi estudada especificamente como objeto de uma ciência, é necessário fazer um recorte a partir do *Curso de Linguística Geral*, publicado pelos “dois discípulos Saussure, Charles Bally e Albert Sechehaye, das notas de três cursos que Saussure deu na Universidade de Genebra entre 1906 e 1911. Nas palavras de Pêcheux (2015), “pode ser considerado (...) como uma tentativa antipositivista (...) sobre qual o pensamento entrecruza toda a linguagem e a história”. Após a publicação da obra de Ferdinand Saussure em 1916,

o estudo sobre a linguagem principiou-se de novas referências sobre língua. Surge a teoria fundadora da linguística e, ato contínuo, de vertentes ou linhas teóricas a partir desse acontecimento, dentre elas, a Estruturalista, a Funcionalista e a Gerativa. Mesmo, que se refutem pontos e se criem inúmeras ramificações teóricas no campo linguístico, isso será feito a partir de Saussure, fundador científico da teoria linguística. É pertinente que se faça, então, um aparato dos principais conceitos deixados por Saussure mesmo que já tenham sido mencionados.

O ponto de partida é o conceito de língua que, conforme Saussure (2006, p. 92), “é o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” ou ainda “Ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p. 17). Delimitando a língua como objeto-científico da linguística, ela é posta como um sistema de signos e se subdivide em várias dicotomias, como a de *langue* e *parole* ou língua e fala. Enquanto a língua tem característica homogênea, organizada, coletiva, composta por signos, binária (significante e significado); a fala é heterogênea, de manifestação individual e segmentada. Para elucidar a língua como sistema coletivo é necessário entender a arbitrariedade do signo. Um signo é convencionado pelos seus falantes: o seu significado e o seu significante. Logo, esse signo pode ser fixo por um tempo determinado como também pode sofrer alterações a depender do espaço e tempo em que seja utilizado. Definição da arbitrariedade do signo:

não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala, (porque) não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo linguístico; queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade (SAUSSURE, 2006, p. 86).

Na Análise de discurso, a concepção da língua é trabalhada “enquanto simbólico”, a constituição do “homem em sua história” (ORLANDI, 2013, p. 23). Por consequência, Pêcheux dá a ela o importante papel de ser a condição material que sustenta o discurso. É preciso então agora que se faça um adendo quanto aos três pilares fundamentais da Análise de Discurso ou ao seu tripé. Partindo do pressuposto de que o discurso não possui um lugar fixo, logo ele não se prende em nenhuma teoria, mas sim como um objeto que atua como disciplina que passeia por outras

levando consigo posições e conceitos decorrentes da Psicanálise, do Materialismo Histórico e da Linguística. Desse modo, a Análise de Discurso “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”(ORLANDI, 2013, p. 15). A linguagem, segundo a autora, é pensada em aspectos discursivos que traçam um percurso em níveis associados entre como pode determinar a igualdade e o que pode ser variável discursivamente. Assim, “Todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos” (ORLANDI, 2013, p. 15). Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. Ao passo que, na polissemia, o que se tem é o deslocamento, a ruptura de significação. Portanto, o homem sempre foi seduzido pela linguagem, como o exemplo clássico dos pensadores da Grécia Antiga que travaram grandes discussões “para saber se as palavras imitam as coisas ou os nomes são dados por sua convenção” (ORLANDI, 2013, p. 8).

Como reportado, com a inauguração da Linguística por Fernand Saussure, as acepções ou os conceitos acerca da linguagem foram sendo elucidados e isso se deve, em parte, ao desenvolvimento do Círculo Linguístico. Além disso, o desenvolvimento da teoria saussuriana possibilitou o surgimento da Análise de Discurso e de outras áreas de pensamento como ciências: a Fonética, Linguística Aplicada, a Sociolinguística. Começou, nesse viés, a instaurar uma forma em relação ao contexto sociocultural e à comunidade de fala, examinando as condições em que a fala era produzida.

Com a década de 60, época de transformações políticas e crises econômicas, a Análise de discurso ergue-se em meio à chamada Guerra Fria (1945-1991), e ao aparecimento de movimentos sociais na França, que defendiam as classes mais oprimidas da sociedade. Aparecem também os estudos da Análise do Discurso tendo como “propulsores Voloshinov e Pêcheux” (RODRIGUES; TAFARELLO, 2013, p. 60), cujas práticas consistiam, em princípio, colocar em suspenso a interpretação, “já que todo fato já é uma interpretação” (PÊCHEUX, 2015, p. 44). Sustentada pelo seu tripé, articula-se no entremeio de grandes áreas e interroga a língua pela sua falta de transparência, quebrando paradigmas em sua constituição enquanto ciência através de seu objeto que é o discurso. Para efeito de estudo, é preciso distinguir a análise de conteúdo e a análise de discurso, nas palavras textuais de Orlandi:

A análise de conteúdo procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente, ou seja, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado (ORLANDI, 2013, p. 17),

Portanto, ela procura compreender o texto em sua produção de sentidos. A Análise de Discurso interroga a Linguística pela historicidade que ela negligencia, questiona o Materialismo ao perguntar pelo simbólico e se demarca na Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por este. Isso se deve a contribuição das três disciplinas, Linguística, Marxismo e Psicanálise, conforme mencionado. Articulando respectivamente o conhecimento histórico, o materialismo, a psicanálise e a ideologia: “Constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu novo conjunto: este novo objeto é o discurso” (ORLANDI, 2013, p. 20).

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso de correr por, de movimento(...) é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa o homem falando (ORLANDI, 2013, p. 15).

Mais uma definição da autora: “o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito” (ORLANDI, 2008, p. 56). Desta forma, a noção de discurso, diferente do esquema de comunicação formada por emissor, receptor e mensagem, que trata “apenas de transmissão de informação” (ORLANDI, 2013, p. 21) enquanto, para a Análise de Discurso, o discurso está “realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso” (ORLANDI, 2013, p. 21). Portanto, para a Análise de Discurso, o discurso não é apenas um processo de comunicação, bem como:

no funcionamento da linguagem que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (ORLANDI, 2013, p. 21).

A linguagem aqui está ligada à relação entre a linguagem na comunicação e na não comunicação; na relação entre sujeito-sentido-efeitos, na qual irá definir o discurso que, é o efeito de sentidos entre os sujeitos assediados moralmente no trabalho. Embora não seja o ponto central nos estudos discursivos, Orlandi afirma ser muito útil para os analistas os tipos de discurso. Dessa maneira, algumas formas comuns de discursos refletem as filiações institucionais. Além da existência da tipologia dos discursos, o discurso possui variáveis e pode existir diferenças na sua tipologia entre as disciplinas e outras diferenças que irão se ramificar numa variedade discursiva. Sob essa premissa, tem-se: o discurso político, o jurídico, o religioso, o jornalístico, o pedagogo o médico, o científico.

(...) variáveis: o terapêutico, o místico, a didática etc. (...); o discurso histórico, sociólogo, antropológico, o biológico, o da física etc. Diferenças relativas de estilos (barroco, renascentista etc.), a gêneros (narrativa, descrição dissertação), (...) e assim por diante). O que é interessante para o analista, de fato, são as “propriedades internas ao processo discursivo: condições, remissão a formações discursivas, modo de funcionamento” (ORLANDI, 2013, p. 86).

Não é tarefa fácil saber como um discurso funciona. Para isso, é necessário que se tenha um ponto de vista que divida em memória institucional e memória constituída pelo esquecimento, o qual se subdivide em esquecimento número 1 e número 2, conforme elucidado por Pêcheux. Chama-se esquecimento número 2, o “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada. (PÊCHEUX, 2009, p. 161). Em seguida, corroborado por Orlandi, O esquecimento número 2 é da ordem da enunciação:

ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não outra e, ao longo de nosso dizer, forma-se famílias parafrásticas, que indicam que o dizer sempre podia ser outro. (...) essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo (...) (ORLANDI, 2013, p. 235).

Desta forma, o esquecimento número 2 está associado ao aspecto parafrástico da linguagem. Ao se falar, organizam-se os dizeres de uma forma, porém

se esquece que aquilo que se fala pode ser dito de outras formas, portanto, são formas de dizer as mesmas coisas e se se esquecem de que elas existem. Neste sentido, o esquecimento número 2, da ordem parafrástica, possui como aspecto a reorganização dos dizeres esquecendo-se de que antes já existiram essas coisas ditas. Ainda sobre a definição dos esquecimentos, há o esquecimento número 1 que, para Pêcheux, defende que o sujeito-falante não pode, por definição, encontrar-se no exterior da formação discursiva que o domina. Neste sentido, o esquecimento número 1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que, como se viu, esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 2009). Novamente ratificado por Orlandi:

(...) o esquecimento número um, também chamado de esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resultado modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos, na realidade, retomam-se os sentidos preexistentes (ORLANDI, 2013, p. 35).

Observa-se que o esquecimento número 1, supracitado, representa a instância do inconsciente, ou seja, sendo resultando da forma como se é afetado pela ideologia. Desta forma, quando se fala é a ideologia que produz este esquecimento. Neste contexto, pode-se dizer que os sentidos são sociais e são produzidos e compartilhados na sociedade e a pessoa se esquece de que se retomam estes sentidos existentes quando se fala, tendo a ilusão de ser a origem desses dizeres.

Os fatores que movimentam as condições de produção são a noção de sentido atravessam os discursos uns com os outros, quando se fala sempre relacionando todos os dizeres possíveis de imaginar isto porque o sentido, de certa forma, possui uma história e funciona, bem como as condições de produção da linguagem. Outro fator reside no mecanismo de antecipação, no qual o sujeito coloca-se na posição do interlocutor. Por fim, há relação de força “essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2013, p. 39). Desse modo, todos os mecanismos citados repousam nas formações imaginárias. Portanto, os sujeitos físicos estão inscritos na sociedade em que suas imagens resultam de suas formações imaginárias e essas imagens não são apenas da posição do sujeito locutor (quem sou para que lhe fale assim?), mas também da posição do sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?) e

também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?) Se fizer a antecipação, esse jogo fica mais complexo, pois incluirá a imagem que o locutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. Diante do que foi dito por Orlandi, pode-se notar que neste processo discursivo há, para Pêcheux (1997, p. 82), “Uma série de formações imaginárias que designa o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Dando continuidade à noção de sujeito, essa é complexa para a Análise de Discurso e para compreendê-la é necessário retomar estudos filosóficos, sociais e ideológicos. Desta forma, o indivíduo torna-se interpelado para a produção dos seus dizeres, fazendo a ideologia uma parte constitutiva dos sentidos e dos sujeitos. O indivíduo como “sujeito” tem a ilusão de ser realmente a origem daquilo que produz sobre a realidade de identificação. Pode-se categorizar aquele sujeito físico concreto como sujeito jurídico. Por este motivo, a ideologia, na concepção do “sujeito”, fornece evidências de que a pessoa não é o sujeito jurídico, pois através deste todo complexo ideológico faz retomar a todo o momento aquela forma que identifica a pessoa na relação com o outro, através do processo discursivo. Aqui se nota a necessidade de uma teoria que trate da materialidade discursiva e seja subjetiva da subjetividade, trabalhando os efeitos de sentidos que constituem os sujeitos pensando que sempre se é sujeito, embora apagado como indivíduo pela interpelação da ideologia, pois é através desta que o sujeito fica submisso à língua. Pode-se perceber que são essas evidências que propiciarão todo o sistema de significação evidenciado antes. Essas evidências retomam os “esquecimentos”, mencionados e concebem a língua subjetivamente, na qual o sujeito não tem controle do que fala. A subjetividade possui significativa importância para a Análise de Discurso, visto que, por meio desta, Pêcheux extraiu da tese de Althusser (1970, p. 93) que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeito”. São os sujeitos concretos que surgem a partir das ideologias que as interpelam sobre a forma de seu funcionamento na sociedade. Desta forma, Althusser observa o sujeito concretamente e existe uma relação de assujeitamento²

² “(...) o assujeitamento é a própria possibilidade de se ser sujeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz)” (ORLANDI, 2015, p.22).

entre a ideologia e o sujeito, o qual se dá por intermédio das instituições que submetem a sociedade à divisão de classes.

Quanto às formações discursivas, o tema é polêmico na definição na Análise do discurso. Sua relação com a ideologia é compreender funcionamento do discurso. Para isso, a formação discursiva: “Se define como aquilo numa formação ideologia dada- ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2013, p.43).

as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas(...) e aplicando ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX 2009, p. 147).

Em face disso, afirma-se que não há formação discursiva sem ideologia, pois nesta se determina o que o sujeito pode dizer, a depender da posição em que o sujeito esteja inserido numa determinada sociedade. Para Pêcheux, as palavras irão adquirir sentidos diferentes conforme sua formação discursiva. Assimquando os sujeitos são “interpelados” acreditam ser a origem do discurso (PÊCHEUX 2009, p.147). Contudo, “uma palavra ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio” (PÊCHEUX 2009, p. 147). Por isso, há a ilusão de ser a origem do que foi dito, no entanto, repetem-se dizeres que já foram ditos antes da pessoa ser inserida em uma dada formação discursiva. Neste processo de construção de dizeres as palavras podem mudar de sentido “no interior de uma formação discursiva” (PÊCHEUX 2009, p. 148). Este processo de construção de dizeres passa a “designar o sistema de relações de substituições, paráfrases e sinonímia etc. (...)” (PÊCHEUX 2009, p. 148). Neste processo de construção de dizeres, as palavras podem mudar de sentido “no interior de uma formação discursiva” (PÊCHEUX 2009, p. 148). No processo de construção de dizeres tendo assim passado a “designar o sistema de relações de substituições, paráfrases e sinonímia etc. (...)” (PÊCHEUX 2009, p. 148).

De suma importância para a Análise de Discurso, refere-se à ideologia, outro conceito, e por ser tão complexa sua conceituação necessário é interessante explicitar diretamente seu significado. Tafarello e Rodrigues afirmam que, para Eagleton, “(...) que ‘o termo ideologia’ é apenas uma maneira conveniente de classificar em uma única

categoria uma porção de coisa que fazemos com os signos” (EAGLETON apud RODRIGUES; TAFARELLO, 2013, p. 160) ou ainda apenas estudar as ideias. Essas ideias e as práticas sociais, mais tarde, irão se materializar no discurso e serão reproduzidas através dos aparelhos ideológicos do Estado. O sujeito neste caso (ideológico) dentro sociedade não é leal, reto e obediente às ideias instituídas nos espaços sociais. No entanto, cabe enfatizar que nem toda prática social é contraditória, tendo em vista que o mundo também neste caso não é objetivo e claro, pois todo “espaço social” é, em certa medida, simbólico. As categorias (ideias) que vêm determinar aquilo que um sujeito pensa sobre si mesmo, sobre as pessoas, e sobre o que valora as coisas na sociedade e que serão reproduzidas na forma de objeto.

No entanto, as ideias não surgem de um dia para outro, por isso se diz que as ideologias surgem de grandes pensadores, mas determinada de acordo com o nível econômico. Eagleton conclui em uma de suas primeiras reflexões que “o primeiro sentido de ideologia é pejorativo; o segundo já é neutro, ambos têm seus empregos.” (EAGLETON apud RODRIGUES; TAFARELLO, 2013, p. 161) e também que a ideologia:

É um discurso primário, servindo a vários sentidos e conteúdos, propósitos discursivos, por isso, as relações entre o discurso e ideologia são complexas porque estão imbuídas das relações dominado/dominador, oprimido/opressor, sendo uma disputa histórica socialmente situada.

Desta forma, pode-se dizer que a ideologia transmite significados e representações de determinados grupos: políticos, jurídicos, entre outros. Se se pensar a história, levará a entender como os sujeitos se inserem num plano psicológico na sociedade. Ao se expor a ideologia se vê que está se encontra vinculada à história com a língua enquanto ela significa. Pensando assim, a ideologia procura mascarar a materialidade da língua que, segundo Pêcheux, caberá à ideologia fornecer: As evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascarem, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2009, p. 146). Por outro lado, se

tudo é ideologia, pode-se considerar que essas ideologias são regionalizadas em uma determinada forma ou “formação ideológica” (PÊCHEUX, 2009, p.135). Ela determina o que se deve fazer, pensar em “relações de desigualdade-subordinações entre os diferentes aparelhos ideológico” (PÊCHEUX, 2009, p. 133). Quando se fala em interpelação se quer dizer: a) O discurso não nasce no sujeito; b) O discurso atravessa e constitui o sujeito. Assim sendo, a ideologia encontra-se relações de produção e o homem. Isto quer dizer, se nada nasce na pessoa, possui-se a ilusão de que se produz os próprios discursos. No entanto, o homem apenas reproduz os discursos através do seu inconsciente. Como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo tecidos de evidências “subjetivas”, devendo entender-se este último adjetivo não como afetando os sujeitos e os constituindo. Neste contexto, o homem não toma conta da própria história sendo que ela faz parte da sua natureza que se dá através das lutas das classes e, no entremeio dos aparelhos ideológicos do Estado, ideologia entre outros, é que se identifica cada “formação ideológica” (PÊCHEUX, 2009, p. 139).

A paráfrase e a polissemia representam o que se está reproduzindo e significando a partir dos dizeres, pelo fato, dos sentidos existentes nas palavras derivarem das suas próprias condições de produção. Desta forma, não existe sentido único, porque todo objeto do mundo é simbólico, segundo Orlandi. Neste sentido, qualquer palavra pode adquirir sentidos diferentes dentro de uma formação discursiva ou numa determinada condição de produção, pois a língua está sempre em movimento e num determinado momento esta falha leva o sujeito “ao equivoco e a [sic] ideologia” (ORLANDI, 2013, p. 37) significando e se significando nos discursos. Enquanto na paráfrase os sujeitos produzem discursos que retomam outros dizeres significando-os de várias formas, mas produzindo idênticos sentidos, na polissemia o que se observa é o deslocar do processo. É através desses dois conceitos, a paráfrase e a polissemia, que se nota uma tensão discursiva “entre o mesmo e o diferente” (ORLANDI, 2013, p. 36) que sempre faz com que os sujeitos retomem palavras remetendo-as a sentidos existentes e as ressignificando. por meio da distinção se dá a produção e a criação que produz uma variação do mesmo, implicando ruptura na produção da linguagem intervindo e afetando os sentidos produzidos em relação à língua e à história.

2.4. Não é um ponto final

Reafirmamos que Michel Pêcheux é o linguista que desempenhou o papel fundamental no desenvolvimento da teoria da Análise de Discurso (AD). A AD assim chamada por muitos é uma abordagem interdisciplinar que busca compreender como o discurso reflete e molda as relações de poder, ideologia e estruturas sociais. Iremos apontar alguns pontos que já foram mencionados anteriormente que necessitam de um reforço para explicá-los.

Iniciamos pelo “discurso”. O discurso, na perspectiva de Michel Pêcheux (2009), não se limita apenas à linguagem, mas envolve toda a prática discursiva, ou seja, a maneira como as pessoas se comunicam e constroem significados em contextos específicos. O discurso é uma forma de ação social que não apenas reflete a realidade, mas também a constrói, ou seja, o discurso é palavra em movimento. Outro conceito é o de “formação discursiva”. Pêcheux introduziu o conceito de “formação discursiva”, que se refere a um conjunto de regras e convenções que governam a produção e interpretação do discurso em uma determinada área de prática social. Cada formação discursiva é caracterizada por suas próprias normas e códigos de linguagem, que moldam como o discurso é constituído e entendido em um contexto específico. Já o conceito de “sujeito” representa não apenas o falante ou o autor do discurso, mas também as formas nas quais é moldado pelas formações discursivas e pelas estruturas ideológicas que operam em uma sociedade. O sujeito é uma construção social, influenciada pela linguagem e pelas normas de discurso que regulam sua identidade e sua relação com o mundo.

Por último não menos importante, retomemos a ideia de que não existe sujeito sem discurso nem discurso sem funcionamento ideológico. A ideologia desempenha um papel fundamental no discurso. O discurso é um espaço por onde as ideologias são constituídas e reproduzidas. A ideologia se refere às crenças, valores e ideias que sustentam as estruturas de poder em uma sociedade. Ela está presente de maneira imperceptível nos discursos e pode ser usada para influenciar e controlar as percepções e compreensões das pessoas. Pêcheux inspirou-se nas ideias de Althusser e as adaptou e expandiu para se adequar ao campo da linguística e da

Análise do Discurso. Na relação da construção social tanto Althusser quanto Pêcheux entendem a ideologia como uma construção social que influencia a maneira como as pessoas percebem o mundo. Para Althusser (1970) a ideologia é um sistema de representações que interpela (chama) os indivíduos para que eles se tornem sujeitos sociais. Pêcheux também considerou a ideologia como um elemento-chave na formação do sujeito, mas ele aplicou essas ideias ao discurso. Althusser introduziu a ideia de interpelação, que é o processo pelo qual os indivíduos são "chamados " pela ideologia e se tornam sujeitos. Pêcheux incorporou essa ideia à Análise do Discurso, argumentando que os discursos e as formações discursivas são meios pelos quais os sujeitos são interpelados e construídos ideologicamente. Ambos Althusser e Pêcheux (1970-209) reconheciam a importância das relações de poder na disseminação e manutenção da ideologia. Para Pêcheux, o discurso é um campo onde as ideologias operam, e a análise do discurso visa revelar como as ideologias são incorporadas e reproduzidas nos discursos, bem como como as relações de poder são refletidas neles.

Por fim, é importante destacar que Pêcheux desenvolve a teoria da Análise de Discurso constituindo-a uma ciência distinta nos estudos da linguagem. Como resultado, a Análise de Discurso oferece um arcabouço teórico e metodológico para a análises. Ao fazer isso, a teoria contribui para compreensão das mais complexas relações entre linguagem, sociedade e ideologia, contribuindo para o aprofundamento das relações sociais e da influência dos discursos na construção da realidade e das relações de poder

CAPÍTULO III

DISPOSITIVO DE ANÁLISE

A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o “real” do sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente tendo em sua materialidade esse jogo. Todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos à deriva possível, oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre suscetível de ser e tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos.

Reafirma-se Orlandi de que não há sentidos “literais” guardados em algum lugar, seja no cérebro ou na língua, e que “aprendemos” a usar. Os sentidos sujeitos e espaços constituem-se em processos em que há transferências, jogos simbólicos sobre os quais não se tem o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes. As transferências presentes nos processos de identificação dos sujeitos constituem uma pluralidade contraditória de filiações históricas. Uma palavra significa diferentemente a depender da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva. O analista deve explicitar os processos de identificação pela sua análise: fala-se a mesma língua, mas se fala de diferentes formas. Assim, o dispositivo analítico construído deve ser capaz de mostrar as sutilezas do discurso. Portanto, o dispositivo analítico deve precisar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, as filiações de sentidos, sendo capaz de descrever a relação do sujeito com a sua memória. Nessa perspectiva, a descrição e a interpretação se inter-relacionam. Espera-se do dispositivo do analista que ele permita trabalhar não numa posição neutra, mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito.

Neste caso, trata-se da teoria no sentido de que não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambas, o processo de

compreensão do analista. A partir desse dispositivo, é possível praticar a análise e, desse modo, constituem-se os resultados das análises feitas tendo em vista o *corpus* selecionado. Um dos primeiros pontos a se considerar ao se pensar na análise é a constituição do *corpus*, visto que a delimitação deste não segue critérios empíricos (positivos), mas teóricos. Em geral, distingue-se o mesmo experimento e o de arquivo.

Quanto à natureza da linguagem, deve-se dizer que a análise de discurso se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra. Não se objetiva, dessa forma, a exaustão do que se chama horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustão em relação ao objeto empírico. Ao contrário, ele é inesgotável. Isto porque por definição todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. A constituição do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte dele, já é decidir acerca de propriedades discursivas. Considera-se, que a melhor forma de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedeçam aos critérios decorrentes de princípios teóricos da análise de discurso, em face dos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão.

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. A dificuldade reside que não há um contato inaugural com o discurso, com o material que é o objeto de análise, visto que ele não se dá como algo já discernido e posto. Em grande medida, o *corpus* resulta de uma construção do próprio analista. A análise compreende um processo que se inicia pelo próprio estabelecimento do *corpus* e se organiza em face da natureza do material e da pergunta que o organiza. Não se pode dizer que a análise seja objetiva, mas que ela deve ser a menos subjetiva possível, explicitando o modo de produção de sentidos do objeto em observação. Ao concluir a análise, o que se pode avaliar é a capacidade analítica do pesquisador pela habilidade com que ele pratica a teoria, em face de sua responsabilidade teórica, portanto, sua capacidade de escrita – explicitação da análise – para interpretar os resultados de seu processo de compreensão do discurso. Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e concorrentes abordagens, posto que não se esgota numa descrição.

Há uma passagem inicial fundamental que se faz entre a superfície linguística (o material de linguagem bruto coletado, tal como existe) e o objeto discursivo, definido pelo que o *corpus* recebeu num primeiro tratamento de análise superficial, feito, numa primeira instância, pelo analista e que já se encontra no nível superficial. No que

concerne esse processo de superficialismo? Justamente na análise da chamada materialidade linguística: o modo como se diz, quem diz, em que circunstância. Isto é, aquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação, fornecendo pistas para se compreender o modo como o discurso pesquisado se textualiza.

O objeto discursivo não é dado, ele pressupõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o *corpus* bruto), o dado empírico, de um discurso concreto em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente superficial, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas. Nesse momento, pode-se analisar propriamente a discursividade, o objetivo precípuo, porque já se começa a entrar no processo discursivo e se sai de seu produto acabado, ao qual se estava preso, e cujos efeitos afetam linguística e ideologicamente.

O ponto de partida é que a análise de discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos. A transformação da superfície linguística no objeto discursivo é o primeiro passo para essa compreensão. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do *corpus*. Processos como paráfrase, metáfora, sinonímia estão presentes na historicidade na língua. Dito de outro modo, esses processos atestam na língua a sua capacidade de se historiar. Como os textos são fatos de linguagem por excelência, os estudos que não tratam da textualidade não alcançam a relação com a memória da língua.

Para compreender – como se propõe a análise de discurso – o leitor deve se relacionar com os diferentes processos de significação que acontecem no texto. Compreender como um texto funciona, como produz sentidos, é compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui. Reafirma-se que o discurso consiste numa dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. O sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto. Há pontos de subjetivação ao longo de toda a textualidade. O discurso, portanto, é uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas, dir-se-ia enunciativo-discursivas. O discurso, por princípio, não se fecha. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. Neste sentido, considera-se o discurso no conjunto das práticas que

constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica.

Pode-se concluir que a análise do discurso não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. O texto é a unidade de análise afetada pelas condições de produção e é também o lugar da relação com a representação da linguagem: som, letra, espaço, dimensão direcionada e tamanho. Após fazer a análise, o analista não falará sobre o texto, mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo, responsável pelo modo como o texto significa, (o texto ou) textos particulares analisados desaparecem com referências específicas para darem lugar à compreensão integral do processo discursivo do qual eles – e outros que nem se conhece – são parte.

3.1 Delimitação da *Corpora* e do *Corpus*

A utilização de *corpus* é um recurso para sistematizar as análises que serão feitas, a fim de auxiliar em seu tratamento. Trata-se de uma ferramenta indispensável no trabalho do analista de discurso. Entretanto, o desenvolvimento do *corpus* na teoria da Análise de Discurso tem ficado à deriva em muitos trabalhos já desenvolvidos. O propósito aqui é discorrer acerca da concepção do *corpus* e como proceder na elaboração da *corpora* e fazer os recortes que vão constituir o que se nomeia de “todo *corpus*”, e, posteriormente, serão os dados das análises. Estes, por sua vez, estão organizados em blocos, cuja disposição discursiva constitui como “dados para análise diagnóstica”, determinando os efeitos de sentidos, posições de sujeitos e espaço de discursividade. Os dados das análises procuram, ao máximo, constituir a amplitude do objetivo da análise. Nesse processo, pode-se separar, mediante olhar criterioso, todos os dados suscetíveis à análise.

Dito isso, em primeiro lugar, o analista deve compreender o que vem a ser o “*corpus*”. A princípio, é possível adiantar que é constituído a partir de um objeto que fará parte do campo de investigação da análise proposta. Assim, surge uma nova complexidade: a noção de “objeto”. Essa noção é mesma que Saussure propõe, observado pela sua singularidade e subjetividade linguística. Assim, as dimensões nas quais se situa o *corpus* estão vinculadas intrinsecamente com o objeto e os

objetivos gerais das análises. Outros elementos não são relegados e são enumerados para a construção do dispositivo de análise:

- a) a dimensão do *corpus* estará de acordo com a complexidade do objeto;
- b) não se pode considerar como *corpus* apenas uma amostra para a análise;
- c) é importante buscar um *corpus* realmente significativo;
- d) desconfiar de tudo que seja encontrado, pois nem todo *corpus* encontrado é *corpus* que seja suscetível à análise;
- e) o *corpus* deve representar toda a complexidade na qual a sua ilustração possa significar após exaustão pessoal, diante das análises;
- f) encontrar a maior variedade possível do objetivo geral;
- g) encontrar a maior variedade possível dos objetivos específicos;
- h) após selecionar o “todo *corpus*”, compilá-lo e armazená-lo em blocos, de acordo com a sua disposição discursiva.

Todos esses procedimentos destacados acima se correlacionam na constituição do *corpus* da pesquisa. Porém, falta representar como se constitui a *corpora* que é um conjunto de elementos retratados na totalidade de um texto, que depois foi recortado, formando o *corpus* da pesquisa e, por conseguinte, os recortes a serem analisados. Percebe-se que, apesar de recortes e delimitação ao máximo desses, sempre é necessário retomar à *corpora* para extrair elementos que possam ter sido deixados de lado. Reitera-se que uma análise nunca está acabada para o analista até que todas as possibilidades de análises tenham sido exauridas.

Todo o processo de ir e vir na *corpora* e no *corpus* já é parte intrínseca do trabalho da análise, corroborado com a teoria da Análise de Discurso, que nos fornece todas as ferramentas para a sustentação do processo sequencial: formação de *corpora*; *corpus*; recortes; dados de análise(s). Diante do exposto, pode-se dizer que os conceitos da Análise de Discurso oferecem condições metodológicas para analisar os sentidos que constituem os objetos, através das condições históricas e ideológicas nas quais são produzidos os discursos. Assim, é possível perceber pela sistematização do método as formações discursivas e ideológicas que constituem os discursos.

A implicação de um método para Análise de Discurso movimenta-se com a capacidade do analista de articular exatamente na sequência da constituição do objeto, memória, base teoria, coleta da *corpora*, formação do *corpus*, delimitação dos

recortes, análises e conclusão. No próximo tópico, será apresentado o processo de constituição das análises proposta por esta tese, segundo o processo orientado neste capítulo.

3.2 Processo de Construção do Dispositivo de Análise

A primeira definição para a construção do dispositivo de análise é o objeto, que se funda nos discursos dos sujeitos assediados moralmente no trabalho. Esse representa o funcionamento da discursividade num espaço no qual os sujeitos são interpelados pelo mesmo, sob diversas ordens. Em segundo lugar, apecie-se a constituição da memória cujo papel é fazer um percurso arqueológico do objeto proposto na tese. O ser humano é um sujeito constituído historicamente, através de relações sociais e, desse modo, produz uma memória social, que se compõe de ditos, interditos, sentidos outros suscetíveis de interpretação, já que isso é suscetível ao senso comum. A memória, por sua vez, irá representar, nas análises, as lacunas - através de figuras - deixadas pelos discursos, procurando deixar evidente os sentidos presentes nela.

Toma-se, aqui, o discurso, alicerçado no conceito de que o próprio significa ser o efeito de sentido entre os sujeitos assediados moralmente no trabalho. A particularidade que se prima, neste sentido, é que os sentidos que constituem os discursos dos sujeitos assediados moralmente no trabalho podem derivar da sua condição de produção. Nessa esteira, pode-se tomar como parte integrante teórica da análise as relações de força, a produção de sentido e a posição dos sujeitos nos espaços de discursividades e esquecimentos, uma vez que a memória pode reproduzir sentidos direto com estes.

A *corpora* representa a compilação integral extraída da fonte na qual estavam arquivados todos os processos que fazem parte desta tese. Enumeram-se os passos para o acesso aos arquivos e, por mais que seja trivial, antes de tudo é necessária a criação de um compartimento para reunir todos os arquivos a serem coletados na rede internet. Esse arquivo foi nomeado como *Processo de Construção de Dados*, no interior do qual arquivo foram criados três arquivos: *Corpora*, *Corpus* e dados das análises. O processo foi realizado na seguinte disposição:

- Acesso à página <<<https://www.tst.jus.br/web/guest>>>;

- Ir até o ícone Jurisprudência;
- Clicar no ícone jurisprudência e ir até consulta unificada (sistema antigo);
- Aceitar *cookies*;
- Ir até o botão Clique aqui para abrir a nova jurisprudência;
- Na página seguinte é possível fazer a pesquisa contendo apenas as palavras Assédio Moral no Trabalho;
- Clicar em pesquisar;
- Na página seguinte são encontrados mais de 41.500 processos;
- Nesse momento é necessário debruçar-se sobre inúmeros processos - matéria bruta - porque nem todos correspondiam ao objeto da tese. Entretanto, os processos excluídos fazem parte da *corpora*;
- Separar os processos que correspondiam ao objetivo da tese compilando-os em um arquivo nomeado como *Corpora*.

Adotados os referidos passos, foi possível constituir a *corpora* desta tese. Contudo, esse é apenas o primeiro para a constituição do *corpus* que posteriormente dispõem os dados da análise. É necessário, nesse ponto, ir até o outro compartimento de arquivo nomeado de *Corpus* e iniciar um processo de ir e vir do arquivo da *Corpora*, selecionando como material suscetível à análise. Porém, essa seleção ainda é considerada como “matéria semibruta”, será necessário mais uma vez selecionar enunciados para constituir os dados da análise – material suscetível à análise. Isso leva a outro processamento, o de seleção dos dados das análises:

- a) Selecionar recortes do arquivo onde está localizado o *corpus* que possuem relação com o objetivo geral e objetivos específicos desta dissertação;
- b) Renomear esses recortes a fim de identificar de qual *corpus* foi extraído,
- c) Reagrupar os recortes retirados do *corpus* e identificar cada recorte, nomeando-os na seguinte disposição: AMT - X1- X2, onde AMT corresponde aos discursos dos sujeitos assediados moralmente no trabalho; X1 corresponde ao *corpus* retirado da *corpora*; e X2 corresponde aos recortes retirados do *corpus*;
- d) Tendo sido realizados os procedimentos, determinam-se os dados da análise³;

³ Os dados da análise se encontram anexados no final deste capítulo.

- e) Em seguida, recortam-se, novamente, os enunciados estabelecidos nos dados da análise, agrupando-os de forma que cada um estabeleça sentido com o objetivo geral e os objetivos específicos a serem analisados;
- f) Uma vez agrupados os dados da análise, procura-se analisar os discursos em relação à materialidade linguística;
- g) A partir dos recortes dos enunciados, opera-se a análise de acordo com as disposições estabelecidas em cada uma e, se necessário, retorna-se aos agrupamentos de recortes, considerando as relações de sentido constituídas na análise;
- h) Para a contemplação do objetivo geral e objetivos específicos da tese, foi necessária a criação de blocos distintos de análises: o primeiro bloco constitui-se das análises, na qual foram estabelecidas a memória, a posição do sujeito, a condição de produção. Nessa perspectiva, é o primeiro olhar que o analista possui quando tem o contato com os recortes que constitui o *corpus*. No segundo bloco, foi tomado como análise o espaço como lugar das condições de produção do discurso. Esse ponto foi aprofundado na formulação das análises do primeiro bloco, pois isso representa a forma de sustentação das análises feitas. Finalmente, no terceiro bloco estabeleceu-se o lugar de reflexão dos sentidos produzidos nas relações de força dos sujeitos no espaço de discursividade, espaço de reflexão teórica e formulação das análises representadas pelos elementos discursivos;
- i) Inserir apenas as indicações dos enunciados selecionados nos recortes com a análise em questão observando os efeitos de sentidos presentes nos discursos a fim de se compreender melhor a posição sócio-histórica dos sujeitos analisados;
- j) Analisar a posição dos sujeitos, procurando identificar como se constitui discursivamente sua identidade nos espaços onde ocorre;
- k) Analisar as condições de produção dos enunciados abrangendo o que, de certa forma, institucionaliza-se e se materializa nesses sujeitos;
- l) Analisar a formação discursiva destes sujeitos através das relações de sentidos que constitui esses sujeitos;
- m) Fazer as análises que estabelecem a relação com os objetivos da pesquisa, contemplando as formulações de sentidos, considerando a sua materialidade discursiva no que tangem as formações identitárias e ideológicas dos sujeitos.

n) Após realizadas as análises, constituir, a partir do Estado da Arte, a representação da memória discursiva em face do que havia sido preconcebido na análise.

3.3 Da Constituição da Memória das Análises

Os processos atuantes na significação encontram-se no centro da construção do dispositivo analítico. Desse modo, tomam-se os discursos a partir de sua significação, portanto, são retomados aqui através da sua constituição sócio-histórica. Ao se analisar o contexto histórico-social, percebe-se a existência de um construto de controle sobre o outro, o qual regulariza os discursos pela não transparência dos sentidos, porém, o deslocamento do sujeito estabelece uma reconstrução de ditos e interditos nas retomadas dos discursos que circulam nas esferas sociais.

Segundo Pêcheux (2009), a memória discursiva não se trata de um fenômeno natural e imutável, mas é construída por meio da linguagem e do discurso. De acordo com ele, a memória discursiva é influenciada pelo contexto histórico, social e político em que se encontra. Assim, ele afirma que a memória não é uma representação objetiva dos fatos, mas uma construção social moldada pelas narrativas dominantes e pelos interesses político-ideológicos da sociedade. Além disso, argumenta que a memória configura-se como uma ferramenta que permite os sujeitos e as instituições estabelecerem a relação de discursividade nas esferas sociais. Dessa maneira, é importante, no processo de análise, que a memória ali constituída parta dos contextos históricos que condicionam os discursos.

Portanto, a memória discursiva é uma construção social influenciada pelo contexto histórico, social e político em que se encontra. É fundamental também analisar como a memória é constituída e utilizada na sociedade para compreender os discursos nos espaços de discursividade, que, por sua vez, é o lugar onde a linguagem é produzida e onde as ideias são transmitidas. A linguagem parte de ação social e política. Com efeito, a produção e a circulação de discursos são fundamentais para a reprodução e a transformação das relações sociais e políticas. Os espaços de discursividade são moldados por relações entre os sujeitos e as estruturas sociais e, desse modo, as suas políticas têm um papel importante na produção e na circulação de discursos. Para Pêcheux (2009), o espaço de discursividade é uma arena de

tensões, onde as forças sociais competem para controlarem a produção e a circulação de discursos. Logo se pode compreender o papel da Análise de Discurso nesse processo, ou seja, compreender as relações de poder e as estruturas sociopolíticas que influenciam a produção e a circulação de discursos.

Todavia, a memória discursiva regula-se pela valorização no uso das paráfrases. Nessa perspectiva, essa operação dar-se-á ao sujeito com a possibilidade de retomar sempre algo dizível antes. Destarte, as formulações de sentidos designam algo sempre suscetível para atribuírem uma regularidade sócio-histórica presente na discursividade constituída do *corpus* do dispositivo analítico. Não é possível, deslocar-se para uma análise de uma posição esvaziada do analista. É necessário, que este construa, por intermédio da sua produção intelectual, todo o aparato representativo do contexto sócio-histórico do objeto do trabalho para refletir sobre os sentidos presentes na *corpora*, no *corpus*, nos dados da análise, recortes, que já é uma construção da memória social possuidora de uma rede de filiações de sentidos e já constituída num dado momento sócio-histórico.

Através de todo complexo da memória que se depara com o sujeito interpelado ideologicamente, afetado simbolicamente e submetido à língua. Nesse viés, como sustentação da análise é necessário um ir e vir entre a constituição da memória, o aparato teórico e o batimento de *corpora*, *corpus*, dados da análise e recortes. Enfim, considera-se que, na construção do dispositivo analítico, toda a memória constituída pelo analista deve ser apreciada por todos os conjuntos de formulações instituídas na perspectiva dele nos procedimentos analíticos. Afinal a memória constituída no Estado da Arte não é uma mera alegoria estagnada no corpo do trabalho desenvolvido.

Os dados da análise (e ou conjunto de dados) que fazem parte de uma determinada análise estão em consonância com os recortes e a memória é constituída no Estado da Arte. Desse modo, dispõe-se da seguinte formulação: **DA** $\supset$ **R** $\supset$ **A** $\supset$ **MD**, onde **DA** corresponde a Dados da Análise; $\supset$ contido; **R** corresponde a Recortes; **A** corresponde à Análise; e **MD** corresponde à Memória Discursiva. Segundo essa formulação, todos os **DAs** estão contidos nos **Rs** que constituem as **As**, bem como a **MD** contida no processo de formulação da análise. Efetuada essa formulação, foi necessário desanexar do Estado da Arte e alocá-la nas análises onde as representações da memória propiciam a compreensão das produções de sentidos

presentes nas análises. Essa memória está exibida numa caixa lateral direita indicada pelos recortes das análises. Todo o processo representa a complexidade para a constituição do Estado da Arte, visto que a memória representa uma temporaneidade distinta em forma preexistente na regulação dos discursos, sobretudo, nos espaços de discursividade.

3.4 Dados das Análises

Por meio dos dados é possível operar as análises com maior rigor, pois o tratamento destes antes de usá-los pressupõe o conhecimento da materialidade do objeto. A organização dos dados da análise engloba um processo voltado não só para estruturar os discursos, assim como possibilitar a exploração destes garantindo às análises suporte na revisão dos agrupamentos feitos para cada análise ou até mesmo fornecendo a possibilidade de reutilizá-los para completar outras análises.

- (...) grupo (...)-(AMT-1-A)
- (...) meta (...)-(AMT-1-B)
- (...) funcionário (...)-(AMT-1-C)
- (...) Chefe ligava para a portaria para perguntar se o reclamante estava na sala, pela manhã e à tarde (...)-(AMT-2-A)
- (...) perguntando se ele já tinha batido o cartão de ponto (...)-(AMT-2-B)
- (...) ficava “em cima” (...)-(AMT-2-C)
- (...) tanto que quando ia ao banheiro ou beber água, colocava um papel impresso preso com durex na porta informando onde estava; (...)-(AMT-2-D)
- (...) “gostaria de ver vocês de calcinha, pois são muito gostosas” (AMT-3-A);
- (...) “queres fazer uma faxina lá em casa, mas tem que ser fantasiada de empregada com sainha bem curta” (...) (AMT-3-B);
- (...) “que peitão, que coisa mais linda”; “dava as férias, mas tens que mostrar o antes e o depois” (AMT-3-C)
- (...) sua irmã poderia cumpri-la; que chegou a chamar (...); (AMT-4-A)
- (...) cuzão (...); (AMT-4-B)
- (...) bola de ferro (...). (AMT-4-C)

CAPÍTULO IV

ANÁLISES: OS DISCURSOS DOS SUJEITOS ASSEDIADOS MORALMENTE NO TRABALHO

[...] todo “sujeito” dotado de uma “consciência” e crendo nas “ideias” que sua “consciência” lhe inspira, aceitando-as livremente, deve “agir segundo suas ideias”, imprimindo nos atos de sua prática material as suas próprias ideias enquanto sujeito livre. Se ele não o faz, “algo vai mal”. Na verdade se ele não o faz o que, em função de suas crenças, deveria fazer, é porque faz algo diferente, o que, sempre em função do mesmo esquema idealista, deixa perceber que ele tem em mente ideias diferentes das que proclama, e que ele age segundo outras ideias [...] as “ideias” de um sujeito humano existem em seus atos, ou devem existir [sic] seus atos, e se isto não acontece, ela lhe confere ideias correspondentes aos atos (mesmo perversos) que ele realiza. (Althusser, 1970/1985, p. 90, grifos do autor).

4.1. Sujeito Operário: a Relação com o Espaço de Discursividade

Os processos utilizados para produzir, transformar, processar, armazenar os objetos do mundo são captados pelas condições sociais, históricas ligadas às condições discursivas que interpelam os sujeitos no espaço de produção, transformação e armazenagem dos objetos do mundo. A construção social explica que o processo de constituição dos sujeitos consiste em interpretar o mundo - (...) grupo (...)-(AMT-1-A). Os comportamentos destes são alterados conforme a cultura, o contexto social, a história que constitui os espaços de discursividade, os sujeitos e os sentidos atribuídos aos objetos do mundo. Praticamente existe uma “relação de força”, ou seja, de poder que determina as formas como o sujeito vai compreender os objetos do mundo. Essa relação está ligada à “formação discursiva”, processo produzido automática e ativamente na cooperação entre os sujeitos no espaço de discursividade. Essas formas de cooperação estabelecem um elo entre os sujeitos-espaços-sentidos que processam a estruturação dos discursos, abarcando toda a materialidade do “caráter moral” das normas dos espaços de discursividade (Figura 1).

Figura 1 – (AMT-1-A)

DA MEMÓRIA DISCURSIVA

(...) prefigura-se através das relações entre os sujeitos e o espaço onde ocorre[m], que constituem as formações discursivas, como, por exemplo: um sujeito de um nível inferior na hierarquia sofre diariamente abusos de trabalho, vinculando-o a situações contraditórias que venha[m] interferir no exercício de suas práticas, isso pode gerar de modo subjetivo discursos que circularam nos espaços onde os assédios ocorreram de forma silenciada por aqueles que estão envolvidos nos discursos.

Fonte: Conforme página. 13 desta tese.

Isso produz no domínio do espaço do trabalho “formas” convergentes de compreensão sobre o que os sujeitos devem saber sobre os seus atributos no espaço de discursividade. Essa compreensão dar-se-á através do processo de informação pelos pares no ambiente de trabalho, ou seja, pelo “sujeito outro”, pela própria condição da natureza de produção do objeto, tanto pela sujeição como pela aquisição de regras da organização. Tudo isso representa a formação discursiva em meio ao “embate de afetividade” entre os sujeitos no espaço de produção dos discursos. Assim, o objeto implica um embate existencial no processo de estímulo dos discursos.

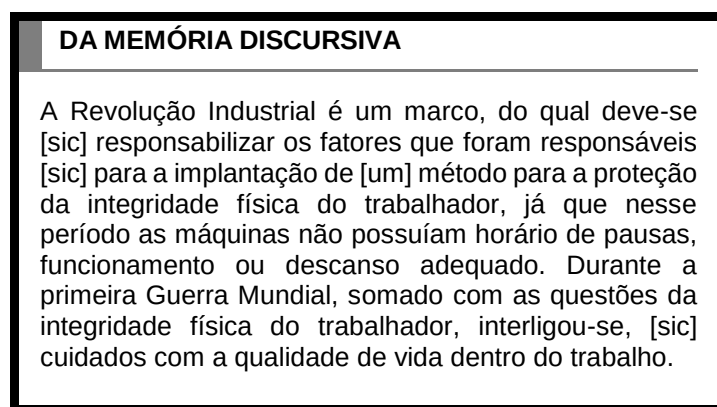
Ao se debruçar sobre a condição do sujeito no processo de formação discursiva, as impressões que refratam de sua memória envolvem todo o comportamento humano num fluxo de eventos que estabelece um elo na produção de sentidos e vão ao encontro dos contextos social, cultural e históricos que são simbólicos. Dessa forma, isso vem significar a “forma sujeito” a qual se assume nos espaços das organizações sociais, sejam privadas ou públicas. Toma-se aqui o comportamento dos sujeitos no ambiente de trabalho, o qual é, portanto, responsável por sua conduta; produtivo; obediente às regras; o bom funcionário etc. Tudo vai ao encontro do conceito de “sujeito suficiente”, que se destaca por sua adjetivação no ambiente de trabalho.

Entretanto, o construto da relação entre os sujeitos no espaço da discursividade dar-se-á de forma desigual. Destaca-se aqui isso, pois na condição hierárquica desses sujeitos, a relação sempre acontece dessa forma no ambiente de trabalho. Esse construto separa os sujeitos conforme as disposições das divisões de

trabalho. Assim sendo, tudo é centralizado em torno de a quem o sujeito deve-se reportar. Diante do exposto, logo se percebe a divisão de trabalho fragmentar-se em outras formas: horizontais, verticais e espaciais.

Esse processo surge historicamente com a criação da linha de produção do parque industrial da Ford - (...) funcionário-(...)-(AMT-1-C) - (Figura 2).

Figura 2 – (AMT-1C)



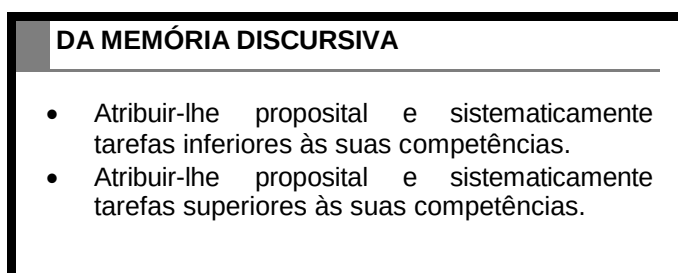
Conforme
desta tese.

Fonte:
página. 17

Em alguma medida, isso aumentou o nível de competitividade entre as indústrias e o nível de responsabilidade pelos “sujeitos operários”. Foi necessário que este adquirisse novas habilidades, pois as que possuía eram insuficientes. Evidentemente isso recai nos ativos da empresa, visto que um funcionário mal preparado gera desperdício por falta de capacitação. Isso demanda emergência devido à perda de valores. Contudo, a solução para o enfrentamento redundava em demissão, recurso administrativo usado pela negatividade da produção e que ofusca o relapso corporativo referente à exaustão a qual o “sujeito operário” permanece exposto por todo o tempo. Assim, a relação de subordinação, inflexível, tensiona a discursividade entre os sujeitos e o espaço. Os sentidos produzidos através dessas tensões causam rupturas entre os níveis de estruturação da organização.

Essa ruptura produz sentidos outros, que podem ser observados da seguinte maneira: os agrupamentos das funções e as distribuições das atividades, de forma contínua para o sujeito operário, tornam-se combustíveis para a ruptura estrutural da organização, pois o trabalho é medido pela relação de produção - sujeito e espaço de produtividade - (...) meta (...)-(AMT-1-B)- . (Figura 3).

Figura 3 – (AMT-1-B)



Fonte: Conforme página. 24 desta tese.

Logo, rompe a relação hierárquica e exacerba o controle entre os sujeitos no espaço de discursividade. Perante essas ideias encontra-se um sujeito centralizador na ideia do capitalismo desenfreado, idealista no acúmulo de objetos e de outro lado, o “sujeito operário”, exaurido pelo trabalho da linha de produção, transformação e reprodução dos objetos do mundo. Nessa relação de significação surge o “sujeito operário” na disposição do discurso que o atravessa pelo espaço, que não é homogêneo. Pelo contrário, o espaço é fruto das condições da memória social, imposta pelo poder das diferenciações hierárquicas no “espaço de trabalho”.

Recortes:

- (...) grupo (...)-(AMT-1-A)
- (...) meta (...)-(AMT-1-B)
- (...) funcionário(...)-(AMT-1-C)

4.2 Sujeito Limitado: Costumes Base dos Valores no Espaço de Trabalho

Os costumes tendem a ser cristalizados nas esferas sociais, tornam-se normas e isso dá força às condições da existência dos discursos nessas esferas. Assim, numa comunidade, alguns hábitos geram desconforto nas relações dos sujeitos. Essa é o efeito da moralidade afetando os sujeitos, pois as condições éticas desempenham um papel fundamental na construção das identidades no desenvolvimento moral ao longo de suas vidas. Um ponto a averiguar a respeito da moralidade no espaço laboral, esta, na limitação da circulação do sujeito nele. Isso, produz um “sujeito limitado” à sua prática no espaço de trabalho.

A condição do “sujeito limitado” é uma prática de exclusão que condiciona outro fenômeno no espaço de discursividade: racismo, homofobia, xenofobia... A relação dessa conduta com a força de trabalho, tal como parece, tem a aplicabilidade na exposição do sujeito à condição de apagamento no mesmo espaço de discursividade. Aqui, os sentidos têm imposições prescritivas, nas quais o sujeito é reduzido a um *modus operandi*, o sujeito é distanciado da sua forma “sujeito operário”⁴ e é conduzido para outra condição de produção. De encontro com a ideia de que o silêncio apaga a significação no espaço, esse torna-se o fio condutor da formação discursiva do “sujeito limitado”. O sujeito é deslocado do espaço de sua prática habitual em que as relações na organização eram realizadas. A historicidade do “sujeito limitado” é tratado de forma abstrata. O ambiente de trabalho para esse sujeito é reduzido à condição de exclusão. Sem dúvida, esse é um fenômeno a ser tratado sob a ótica da condição de poder dos sujeitos no “espaço de trabalho” - (...) Chefe (...)-(AMT-2-A) -, condição que faz com que esse fenômeno seja um dos mais complexos para compreender nas estruturas das organizações. A natureza dos sujeitos é constituída pelas relações de sentidos, na qual os discursos possuem o ideal de modificar a condição do sujeito assediado (Figura 4).

Figura 4 – (AMT-2-A)

⁴ Veja em: O sujeito operário: a relação com o espaço de discursividade.

DA MEMÓRIA DISCURSIVA

Além de ocorrer nas relações de hierárquicas autoritárias e assimétricas. A capacidade do poder, por aquele que possui função hierárquica superior, corrobora com as ações praticadas no espaço de trabalho e estão relacionadas com a proeminência de condutas e atos negativos, que ferem a dignidade do trabalhador. Isso faz com que o assédio moral juntamente com as relações que envolvem os sujeitos nos espaços de trabalho possuam um caráter desumano e antiético e costuma ocorrer durante longos períodos no trabalho.

Fonte: Conforme página. 20 desta tese.

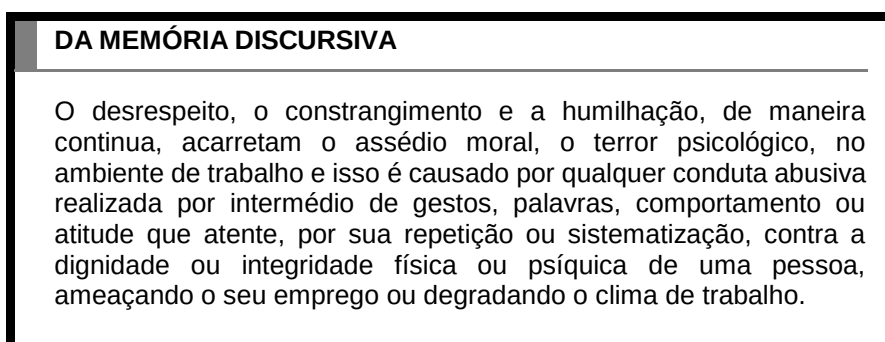
Existe uma preocupação sobre a análise de como o poder afeta as esferas sociais. Sociólogos, antropólogos e psicólogos procuram demonstrar como esses fenômenos ocorrem. O poder exerce atração no homem para uma paixão duradoura sobre o espaço, onde instaura a discursividade.

O poder gera vontade, energia, priva o sujeito da derrota e escancara a energia na vitória. Sem dúvida, o poder consiste numa das expressões da capacidade do sujeito humilhar o outro, impor punições ou dar aos sujeitos proteção. Entretanto, alguns de forma inconsciente tomam o poder na sua forma de disputa pelos espaços no ambiente de trabalho. Essa disputa acontece na sociedade capitalista a partir das esferas sociais, nas ruas, nos parques, nas grandes e pequenas corporações. Conduz o sujeito, a algo incomum para corporação. O poder agrega agressão grupal, tornando assim um fenômeno entre os sujeitos afetando-os de maneira que os influenciam em seu comportamento seja individual ou coletivo.

A forma como o sujeito é posto no discurso, centraliza-o na forma individualizada da organização de trabalho. O poder, do sujeito assediador, é observado pelas suas práticas e isso possibilita compreender a relação de poder existente entre esses sujeitos, tal como envolve, tempestivamente, a burocracia que é a transferência de poder através das regras impostas no espaço de trabalho. As tomadas de decisões ultrapassam as redes de filiações da discursividade entre o “sujeito limitado” e o “sujeito assediador”, o processo de comunicação é observado junto ao ato de perseguição do “sujeito assediador”.

O “chefe” nesse processo de difusividade tem poder substancial sobre os subordinados e pode-se ainda incluir sobre as tomadas de decisões. O “sujeito assediador” acredita que, pelas normas estabelecidas pela corporação, ele pode usá-la de forma tática, sutil através da intervenção ou ainda mais, através do mecanismo de antecipação discursiva, que corresponde aos preceitos da configuração autocrática. Porém, o sujeito tem a ilusão de ser portador das regras, embora seja apenas um representante da organização na relação entre o sujeito e o espaço de trabalho. - (...) ficava ligando para a portaria para perguntar se (...) estava na sala, pela manhã, e à tarde (...) - (...) ficava “em cima” (...) **-(AMT-2-C) (AMT-2-D)** (Figura 5).

Figura 5 – (AMT-2-C) (AMT-2-D)



Fonte:

Conforme página. 32 desta tese.

O controle do tempo no espaço laboral é uma prática para garantir a eficiência e eficácia na realização das tarefas e na gestão do tempo dos sujeitos. A definição normalmente possui metas claras e realistas, por isso, possibilita e determina prioridades e a alocação de tempo de maneira adequada no espaço laboral. Entretanto, o que se observa é situação desgastante do controle do tempo na relação do sujeito assediador e o sujeito assediado.

A forma pela qual o sujeito toma controle das regras no ambiente de trabalho torna o comportamento no espaço de trabalho como uma supervalorização do tempo, baseada no conceito da repetição que busca a rigidez estruturada na organização.

Centralizar o poder num sujeito causa dependência total na organização do trabalho. “Esse sujeito assediador” necessita de um espaço na organização para que sua imagem seja percebida pelos outros sujeitos. Dito isso, encontra-se diante de uma imagem do “sujeito narcisista” que, nas relações entre os sujeitos, projeta sua imagem constantemente através das regras preestabelecidas pela organização.

Recortes:

- (...) Chefe (...)-(AMT-2-A)
- (...) ficava ligando para a portaria para perguntar se(...) estava na sala, pela manhã, e à tarde (...)-(AMT-2-B)
- (...) perguntando se ele já tinha batido o cartão de ponto (...) – (AMT-2-C)
- (...) ficava “em cima” (...)-(AMT-2-D)

4.3 Sujeito Modificado: Afetos na Relação entre os Sujeitos no Ambiente de Trabalho

Compartilham-se as emoções e os afetos em especial com os sujeitos mais próximos nas esferas sociais, nos espaços laborais. As emoções são construções históricas que ajuda no desenvolvimento das relações interpessoais. Entretanto, os afetos expressados podem causar impactos no comportamento do sujeito em virtude de discursos pejorativos que causam distúrbios na relação entre o sujeito no ambiente de trabalho.

As afetividades podem desencadear, em extremos, a capacidade do sujeito crer que a convivência entre ele e os que socializam no mesmo espaço possuem laços fisiológicos ligados pela emoção. Um dos exemplos é a captação das emoções expressas nas ocasiões de confraternização. Essas emoções fazem parte do sistema no qual estão inseridos os processos de socialização do sujeito ao longo do crescimento interpessoal. Os sujeitos adéquam-se aos contextos sociais em que estão inseridos, isso provoca no sujeito uma revisão de sua história e dos outros no ambiente de trabalho e, assim, a afetividade que o interpela enquanto sujeito atravessa-o mediante as emoções, fruto do devaneio do sujeito. Desse modo, rompem-se as barreiras da afetividade.

O sujeito pressupõe uma paixão repentina na própria organização, que gera perturbação na relação entre os sujeitos no espaço de discursividade. Tudo entra em jogo, as emoções, os amores, a raiva e o medo. Todavia, em decorrência do desequilíbrio sobre o qual o sujeito interpela-se no ambiente de trabalho, a ação dada através do comportamento implica precisamente o estado do “sujeito afetivo”. Os afetos se ressignificam pelos distúrbios da relação entre o “sujeito afetivo” e o “sujeito afetado” é interpelado pelas produções dos discursos no ambiente do trabalho.

Descrever o objeto da emoção é concentrar-se na base da “formação humana”, do comportamento centrado na argumentação do “sujeito afetivo” que se utiliza da importância da existência do discurso emocional e que interpela os “sujeitos afetados”. Dessa abordagem emocional, o papel significativo que vai direcionar as funções que o “sujeito afetivo” possui no espaço do trabalho, integra-se na importância da subjetividade desse fenômeno que constitui a relação entre os sujeitos. Do ponto de vista analítico, a avaliação dos sentidos subjetivos é que as emoções decorrentes dessa relação causam perturbação e tensionam a relação entre os sujeitos. Os limites da análise para o “sujeito afetado” movimentam-se na linha das experiências emocionais afetivas, deslocam-se lado a lado, dos níveis de consciência do sujeito afetivo, atravessa o curso das emoções e impõe-se por meio de discursos pejorativos.

Ao centralizar o discurso através das manifestações emocionais, visualiza-se todo o fenômeno cotidiano no espaço da discursividade. A análise, que se faz do sujeito através desse fenômeno da discursividade, é pelos efeitos da relação de estímulos emocionais no ambiente de trabalho. As relações emocionais entre os sujeitos cumprem uma função vital e são predominantes num determinado círculo. Nesse caso, o ambiente de trabalho compreende esse espaço. Entretanto, nessa perspectiva emocional, a detecção de eventos emocionais manifesta através da convergência entre os sujeitos. As emoções estão fora do controle da experiência afetiva emocional entre sujeitos.

É complexo apontar a origem desses discursos, contudo, a sua manifestação dar-se-á de forma consciente, e é detectada através do discurso pejorativo. Independente da proximidade existente entre o sujeito, o foco discursivo no qual o “sujeito assediado” é posto, valida todo o conjunto de possibilidades discursivas através das formulações dos discursos pejorativos do “sujeito assediador”. O processo emocional afeta o “sujeito assediado” não importando o quanto é complexo

a relação entre o sujeito no ambiente de trabalho. Todo o movimento do “sujeito assediador” recai sobre as diferentes formações do “sujeito assediado”, movimento de deslocamento de comportamento do sujeito no espaço laboral. Isso implica o modo de ser do “sujeito assediado”, o andar, o olhar, o vestir-se, o sorriso, isso, para o “sujeito assediador”, implica o desejo do outro sobre ele. Certamente, esse movimento corporal, e além das formas de atribuições positivas que o “sujeito assediado” possa representar, demonstra que o assediador tem um hábito automatizado onde a concepção de que se tem do “sujeito chefe” poder atribuir *status* de satisfação diante a relação com o outro. **(AMT-3-A) - (AMT-3-B) - (AMT-3-C)**.(Figura 6).

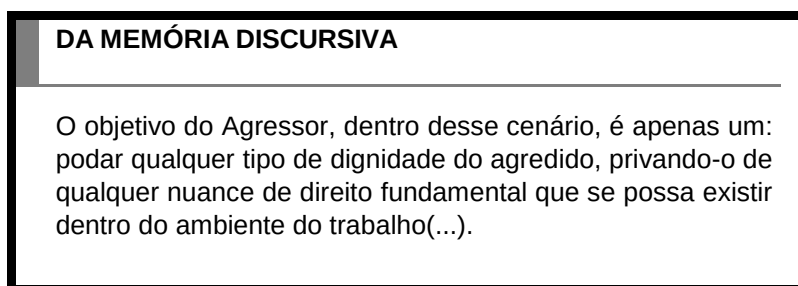
Figura 6 - (AMT-3-A) - (AMT-3-B) - (AMT-3-C)

DA MEMÓRIA DISCURSIVA

A maior incidência de Assédio Moral no Trabalho entre mulheres, [sic] pode ser explicado [sic] pela constituição histórica feita a respeito de sua fragilidade, assim tornaria muito suscetível a tal prática. A vítima, neste caso[,] se isola, é ridicularizada, inferiorizada e passível de culpa por coisas que não fez. As implicações do assédio moral para o assediado, são diversas, dentre elas[,] destacamos: perda da autoestima, isolamento, recusa de comunicação, incapacidade laborativa, depressão, angústia, desestabilização em relação ao ambiente de trabalho e a organização, levando-o a pedir demissão, ou até mesmo ao suicídio.

Fonte: Conforme página 31 desta tese.

O sujeito assediado é aliciado, é regulado dos seus direitos. Estratégias constituídas pelo “sujeito assediador” por meio de relação de poder. O resultado da relação entre esses sujeitos é colocado à prova. Com efeito, a aliciação é medida pela condição do “sujeito assediador” nas situações constrangedoras no contexto laboral. É possível se detectar através dessas discursividades das emoções e do comportamento do “sujeito assediador” a piora das relações existentes entre esses sujeitos. O nível de relação entre os sujeitos é o da regulação emocional, infringindo todo o comportamento e reconhecimento entre os sujeitos no espaço de trabalho. O contágio emocional é



processado pelos discursos que vão emergir de um todo complexo atuante do “sujeito assediador” pela falta de postura no espaço laboral. (...) “Que peitão! Que coisa mais linda”; “Dava as férias, mas tens que mostrar o antes e o depois” - (AMT-3-C) (Figura 7).

Figura 7 – (AMT-3-C)

Fonte: Conforme página. 19 desta tese.

Recortes:

- (...) “gostaria de ver vocês de calcinha, pois são muito gostosas” (AMT-3-A);

- (...) “queres fazer uma faxina lá em casa? Mas tem que ser fantasiada de empregada com saínia bem curta” (...) (AMT-3-B);
- (...) “Que peitão! Que coisa mais linda”; “dava as férias, mas tens que mostrar o antes e o depois” (AMT-3-C)

4.4 Sujeito Profuso: Formas Pejorativas de Sentidos Imorais, Imoralidade no Ambiente de Trabalho

A liderança constitui um instrumento da sociedade convencionado para influenciar grupos diversos no ambiente do trabalho, cujo comprometimento é ter com os cooperados a energia que o espaço laboral precisa ter com toda a organização da empresa. As empresas visam buscar a interação entre sujeitos e o trabalho pelo “sujeito líder”, que é conduzido a uma posição que, inicialmente, é constituída por meio de regras determinadas hierarquicamente. Para se compreender essa posição de liderança é necessário criar uma linha no tempo na qual o homem deixa de ser peça fundamental do ambiente do trabalho, foi desviado de sua funcionalidade com o advento da Revolução Industrial no século XVII. A máquina substitui o homem e aparentemente o seu comportamento no espaço de trabalho. O sujeito foi reduzido a uma engrenagem na qual sobressai toda a mudança da posição do sujeito no espaço laboral das grandes corporações. Além disso, foi necessário que as corporações criassem formas de controle que de alguma maneira influênciassem na gestão. A posição de liderança do sujeito é colocada nessa discursividade sobre a premissa de riscos à sua criatividade, ao planejamento e à inspiração no espaço laboral. Ao assumir a posição de “sujeito líder”, adota meios de punição como prática para resolver adversidades no espaço laboral. Descrever todas essas difusões no espaço laboral torna o tema de liderança um ponto crucial para entender a relação entre os sujeitos. As condutas exercidas pelo “sujeito líder” atuam de forma direta nos direitos dos sujeitos, a influência pode ocorrer por meio do discurso pejorativo - (...): “cuzão(...)”; (AMT-4-B) (....) bola de ferro (...) - (AMT-4-C) - (AMT-4-B)-(AMT-4-C) - (Figura 8).

Figura 8 - (AMT-4-C) - (AMT-4-B) -(AMT-4-C)

O assédio moral no trabalho é, sem dúvida, o ato de consumação da violência pessoal, porém, o fato mais danoso da relação na qual ela se manifesta, são as formas de humilhação, intimidação, insulto e sobrecarga no trabalho, entre outras características. As suas consequências, em geral, são graves e estão intimamente relacionadas com o seu modo de manifestação: velada, sutil, silenciosa, enraizada no ambiente de organização.

Fonte: Conforme página. 19 desta tese.

A expressão “bola de ferro” embora seja comum, em português, pode ter vários significados a depender do contexto em que é usada. Uma forma usual metafórica é descrever algo pesado, difícil de ser movido ou que parece ser indestrutível; é empregado no meio esportivo do futebol, como a bola para marcar gols ou ainda para algo sem valor sem interesse ou inútil. No entanto, vale destacar que pode ter também conotações negativas ou pejorativas. O discurso pejorativo surge, assim, no espaço laboral através da expressão verbal de um julgamento negativo sobre um sujeito assediado, sendo ofensivo, discriminatório, estereotipado ou preconceituoso e pode perpetuar relações de poder desiguais e injustas na sociedade. Desse modo, surgem outros discursos com palavras ofensivas como “cuzão” desprovido de valor semântico positivo. Esse último discurso é considerado como injurioso no espaço laboral e não é aceitável quanto usado para se referir a outras pessoas na esfera social. Além disso, o uso de linguagem inadequada ou ofensiva prejudica a autoestima de um dos sujeitos dessa relação.

A liderança nesse ponto é pivô da atividade grupal, possui atributos nas personalidades de relação de força entre os sujeitos e resulta da interação entre o “sujeito operário” e o “sujeito líder”. Quando se analisam as atribuições do “sujeito líder” na corporação, este exerce um papel crucial nas execuções de tarefas no espaço laboral, pois possui como instrumento o “poder” “como forma de persuasão. Portanto, essa posição altera as relações entre os sujeitos no espaço de discursividade e, desse modo, a liderança possui um papel fundamental na influência do sujeito no espaço laboral.

A forma pela qual o “sujeito líder” interpela pejorativamente os subordinados baseia-se no modelo ditatorial e autoritário, demonstrando incapacidade de exercer sua

função. Aqui, o meio de persuasão não corresponde ao modo de influenciar os liderados. Nos discursos não se observa meios de influência sobre diversos discursivos pejorativos nesse espaço laboral. Os sujeitos não são seguidores ativos deste “sujeito líder”. Nesse ponto, o líder constrói suas regras como divisor preponderante entre os sujeitos nessa discursividade e a rede de tensão discursiva sob a forma nivelada de liderança.

Recortes:

- (...): “cuzão(...)”; (AMT-4-B)
- (....) bola de ferro (...). (AMT-4-C)

CAPÍTULO V DAS FORMAS DOS ESPAÇOS

[...] o trabalho é externo (*Äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. (MARX, 2004, p. 82).

5.1 Espaço: Lugar das Condições de Produção do Discurso

Aos poucos, compreende-se como uma forma do sujeito é constituída no espaço de discursividade. Há um desequilíbrio nessa forma sujeito, pois o ambiente laboral o repreende através do regime das divisões de trabalho que procuram garantir-lhe o totalitarismo. Isso possui uma legitimidade ideológica através da repressão. O autoritarismo tóxico no ambiente de trabalho interpela os sujeitos por intermédio de discursos autoritários e produzem sentidos conforme esses discursos.

Quando se fala no termo “espaço” no cotidiano, discorre-se sobre a possibilidade de acessar um lugar, serviço, produto etc.; são as zonas de circulação dos sujeitos. Os espaços podem oferecer diferentes formas de circulação de discursos. Os Espaços Públicos, por exemplo, surgem cada vez como *lócus* de uma base de discursividade transversal às diversas ciências que suscitam, permanentemente, novas abordagens.

Atualmente, têm surgido estudos relacionados aos espaços públicos urbano, espaços institucionais e espaços privados, quer seja no nível da abordagem da sua estrutura, função ou projeto. O seu carácter semântico e social tem se conduzindo pelo estabelecimento da diversidade de sentidos que o constitui, nessa perspectiva, esses acarretam diversos significados e dimensões que não existem isoladamente na sociedade. Ao se compreender a noção de espaço, deve-se considerar as restrições existentes na relação de sua capacidade de circulação que se organiza pelas formas já cristalizadas em cada uma no interior de suas formações discursivas, como afirma

Michel Pêcheux (2009), e isso afeta a memória coletiva dos sujeitos. Geograficamente falando, norteia-se pela concretude dos espaços quando se observam as práticas e as dinâmicas sociais, que se relacionam sob as dimensões sociopolíticas, entre outros aspectos formais e não formais. Isso estabelece um elo entre os sujeitos os espaços de discursividade e os sentidos que vêm constituir uma memória social que trabalha na imersão dos sujeitos, mediando e reformulando os discursos na conjuntura atual.

Fixe-se nesta análise a significação do que vem a ser “espaço” de forma generalizada quando ele surge através do processo de intervenção pública, que são agrupados na mesma categoria: os espaços verdes, as ruas, as praças, a valorização da paisagem urbana, o mobiliário urbano, as instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Assim, considera-se o “espaço” constituído do qual faz parte da sociedade capitalista, usado na força da relação na forma coletiva pelos sujeitos. Sendo assim, esse espaço dá ação aos sistemas executivo, legislativo e judiciário na política contemporânea e sob a forma inconsciente nos sujeitos nas esferas sociais. Desta forma, pode-se considerar que as estruturas sociais é o lugar por excelência para a circulação dos discursos.

Entretanto, o cotidiano, condição pela qual os sujeitos são afetados de forma direta das relações sociais sejam elas sob a forma de subordinação e interlocução, possui fator preponderante na “forma” pela qual o sujeito volta-se pela sua discursividade. Isso afeta diretamente num fator a ser apresentado posteriormente, o da “relação dos sentidos” nos espaços nas esferas sociais.

5.2 Espaço: o Propósito do Espaço Laboral

Conforme as suas necessidades, o homem cria categorias que correspondem as experiências ocorridas no espaço laboral. A função do trabalho, para a sociedade, possui duas particularidades históricas. A primeira, o trabalho é um meio produção para a própria subsistência, essa dimensão representa o movimento feito pelos sujeitos conforme as suas necessidades nos espaços - esferas sociais. A outra particularidade condiz com o sofrimento do sujeito diante dessa dimensão do trabalho, isso pressupõe a limitação do sujeito nas atividades laborais. Essa última particularidade atravessa o sujeito, porque os objetos de trabalho, nessa concepção,

são essenciais para a sua condição exterior. Desse modo, o espaço laboral torna-se lugar da existência do sujeito e de sua natureza, o sujeito torna-se objeto do espaço da discursividade, o espaço existe para o sujeito da mesma forma que o sujeito existe para o espaço.

A existência do sujeito pressupõe a realidade humana do espírito de luta de um “sujeito pensante”. Isso revela toda a existência humana. O sujeito se realiza conforme a sua existência no “espaço de responsabilidade”. Neste aspecto, o homem é o resultado da sua relação com espaço. Logo, pode-se observar o conceito de objetividade humana, que, para Marx, é um elemento novo. O homem constrói a sua realidade através das suas relações com espaço; e o que ele produz traz consigo uma lacuna da materialidade discursiva. Neste sentido, o sujeito surge do resultado da relação com o espaço e a discursividade. Toda a existência do sujeito se materializa através da discursividade no espaço e o propósito da realização do seu trabalho no espaço laboral.

Sobre o jogo duplo de sentido, o exteriorizar da materialidade do discurso é tensionada, dimensiona de forma egoísta à medida que a produção da atividade do sujeito satisfaz as necessidades das corporações. Mediante essa discursividade, o estranhamento das relações entre o sujeito é posto em suspenso. Os sujeitos são isolados da sua objetividade do trabalho e as relações entre os sujeitos ficam à deriva nos espaços da discursividade. O produto do trabalho é condicionado à quantificação do trabalho do sujeito e a máxima do trabalho é colocada em síntese determinando o valor quantificado através da discursividade.

A atividade laboral do sujeito, quanto à produção, é totalizada pelo sujeito homem. Essa é apenas uma engrenagem de sustentação das atividades do “espaço laboral”. A relação entre os sujeitos, nesse “espaço laboral”, é de dominação e de controle dos meios de produção dos objetos. Assim, são produzidos os discursos de dominação. Observa-se a ressignificação de “forma pejorativa” do sujeito e a reestruturação do “sujeito homem” perdem o seu valor através das atitudes egoístas do “sujeito superior”. A perspectiva que se tem desse sujeito é de um ser não social.

5.3 Espaço: Limitação do Tempo Laboral

O trabalho permite que o sujeito constitua sua existência no meio social, portanto, o sujeito subjetiva o seu desenvolvimento, um processo de formação do sujeito, e pode compreender o processo de capacidade da sua realização no ambiente de trabalho. Sua construção existencial parte do percurso histórico na dimensão parcial das suas atividades, enquanto sujeito no espaço laboral. Por meio dessa atividade, o sujeito se realiza ou manifesta as suas inquietações, através do seu discurso que resultam da reificação do trabalho no espaço laboral. Essas inquietações geram conflitos entre os direitos dos sujeitos no espaço laboral e modifica a realidade natural dos discursos que circulam no espaço de discursividade.

Modificada a realidade dos sujeitos com a força de poder nas relações entre os sujeitos, essa se reconfigura através da memória e molda a relação entre os sujeitos no trabalho. As atividades de produção no tempo e no espaço envolvem toda a consciência do sujeito. A violação dos comportamentos e das regras incluídas no espaço corrobora para a tensão discursiva entre os sujeitos e o espaço, que, por sua vez, era definido para a atividade de produção de objetos do mundo, imprimindo sentido da máxima “tempo é dinheiro”.

Toda a atividade humana, independente de qual seja, produz uma carência universal de suas necessidades básicas. Assim, há uma diferenciação do que os sujeitos são em relação ao que produz no espaço laboral. Nessa produção discursiva, a resistência física coincide com a produção de tudo aquilo que objetiva a influência das regras impostas no espaço laboral impondo sentidos ao espaço e ressignificando a liberdade do sujeito. O sujeito é um ser histórico, é o produto das organizações e é modificado conforme as necessidades das empresas enquanto as necessidades físicas dele são negligenciadas, ocasionando a reificação do sujeito.

A convivência do indivíduo com o espaço em que trabalha é, muitas vezes, determinada por regras e ferramentas autoritárias usadas para a satisfação pessoal de indivíduos que detêm o poder. Essa situação é agravada pela propriedade privada, na qual as atividades dos indivíduos são reduzidas à objetividade da produção, reprodução e transformação de objetos voltados apenas para satisfazer os interesses do sistema capitalista. Essa condição é negativa e limita a realização pessoal dos indivíduos, que são reduzidos a meros recursos para a obtenção de lucro. É

necessário repensar as condições de trabalho para que sejam mais justas e equilibradas, levando em consideração as necessidades e os desejos dos indivíduos envolvidos, bem como a sustentabilidade e o bem-estar social.

5.4 Espaço: O Espaço Modificado

No mundo capitalista, a mensuração do tempo no espaço laboral, no qual os sujeitos estão dedicados à atividade no cotidiano, nunca esteve tão aplicável quanto na contemporaneidade. O tempo tem o papel de organizar tarefas que os sujeitos devem executar de modo eficiente. Por isso, a execução do tempo no espaço do trabalho torna-se cada vez mais complexo por causa das rotinas dinâmicas e das demandas existentes nesse espaço laboral. Quando se analisa a prioridade na gestão do tempo nesse espaço, observa-se que o tempo é priorizado diante das condutas. Em torno disso, a discursividade entre os sujeitos busca equilibrar o tempo no percurso das suas atividades na organização do trabalho. Desse modo, a agenda consiste da construção da ordem cronológica do espaço laboral.

Os aspectos da intensidade dos recursos tecnológicos presentes na sociedade inovam constantemente o mundo globalista atual. Junto com esses avanços surge a necessidade da adequação do sujeito ao espaço laboral. Assim, as formas de trabalhar resultam dessa consolidação do ambiente do trabalho. A intencionalidade no ambiente desloca o sujeito da sua forma comum à resistência do sujeito que surge ante a aparelhagem das regras. Assim, o controle do tempo no espaço laboral ocorre através do controle da jornada de trabalho por meios físicos e tecnológicos.

CAPÍTULO VI DA PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

Nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas – que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo – são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso. No entanto a fronteira entre língua e discurso é posta em causa sistematicamente em cada prática discursiva, pois as sistematicidades acima referidas não existem, como diz M. Pêcheux (1975), sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica (ORLANDI, 2015, p. 20).

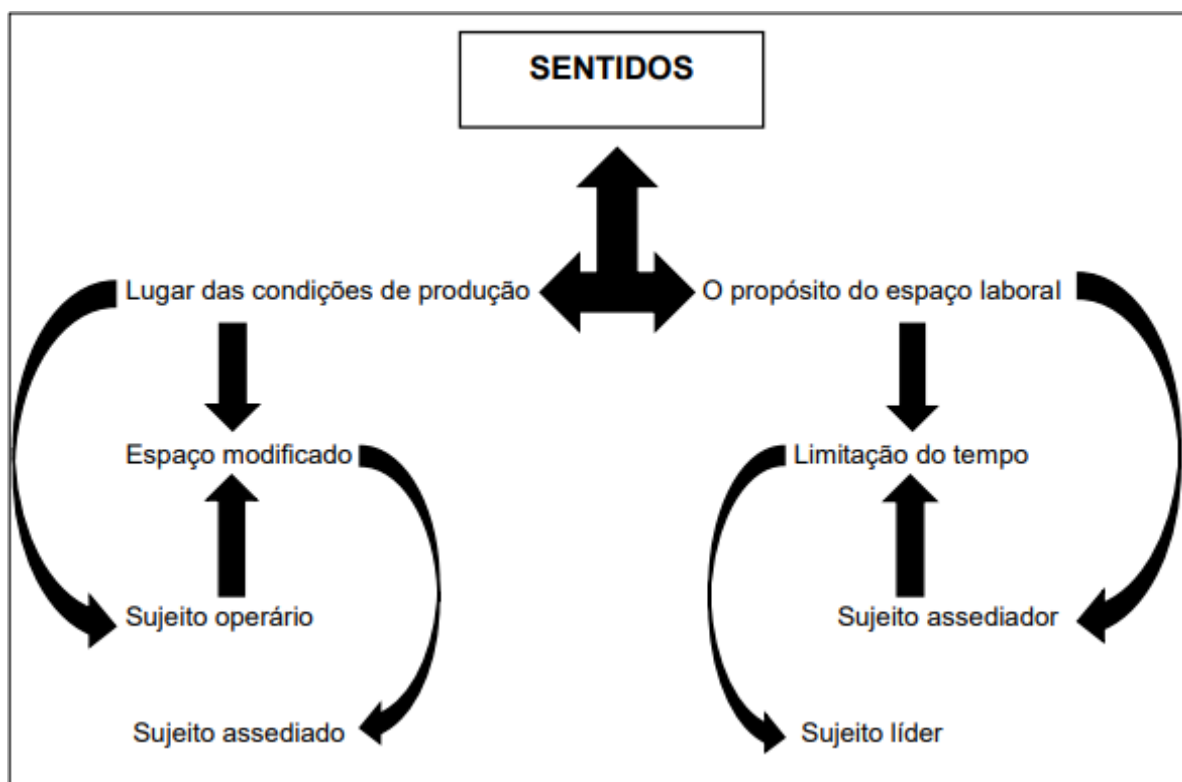
6.1 Sentidos: Relações de Força Sujeitos no Espaço de Discursividade

O primeiro aspecto a se apontar é como os sentidos funcionam no espaço laboral. Isso constitui um processo de deslocamento de discursos nos quais a relação de força dos sentidos atua nos sujeitos nos espaços. O sujeito e os sentidos estão em constante movimento, enquanto o espaço quase sempre se mantém fixo. Visto que existem espaços que significam e se ressignificam. Dessa maneira, os sujeitos quando afetados pelas relações de forças existentes nos espaços sociais, tendem a deslocar os sentidos em direções outras, que são tensionadas para o espaço de discursividade. Isso dá a ilusão de posse e/ou manutenção que correspondem aos interesses de um ou mais sujeitos. No entanto, há uma complicação nesse contexto, a noção de deslocamento, que se faz através das formações ideológicas e, segundo Michel Pêcheux (2009), é o que irá fornecer as formas das quais “eu” me constituo em cada espaço social. As formas são meios de produção e reprodução dos discursos, os quais não se dão sobre a forma de igualdade, pois, no interior do espaço, o sujeito não é reto nem obediente às relações sociais, desloca-se sempre quando entra em oposição a uma ideia.

Tendo o sujeito sido constituído historicamente através das relações sociais, essa vem constituir a língua, que se faz presente no silêncio e permeia a língua e transparece sem margens e sem limites de uma forma usual nas particularidades de

sua manifestação. Recorre-se a ideia de “silêncio” que, segundo Orlandi (2006), apresenta grandes efeitos na arte cultura e história e na linguagem. Assim, significa de múltiplas maneiras, e, é o objeto de reflexão de teorias distintas de filósofos, psicanalistas, semiólogos, etnólogos e linguistas. O sentido do silêncio abrange a multiplicidade de significação que reflexiona a concretude da discursividade na existência de algo dito. Sem esquecer a tese de Michel Pêcheux (2009) que afirma que o que rege a evidência do sentido para o sujeito no discurso é a própria formação discursiva que se configura na dissimulação da transparência dos sentidos em que se forma a objetividade material da discrepância do discurso. Desse modo, apresenta-se a seguinte formulação dos sentidos que constitui o processo de discursividade entre os sujeitos no espaço de discursividade (Figura 9).

Figura 9 - Relações de Força Sujeitos no Espaço de Discursividade



Fonte: autoria própria, 2023.

Essa formulação corresponde à tese de que as relações de sentidos dos discursos deslocam-se de um eixo central para as suas exterioridades, ou seja, para

os espaços adjacentes. Esse ponto de fuga tende a afetar as formações discursivas dos sujeitos, dos espaços e dos sentidos. Nessa perspectiva, nota-se a ruptura que pulsa os significados. Os sujeitos partem do domínio de dizeres, deixando em suspenso os espaços e os sentidos presentes na discursividade. Para Orlandi (2013), esse é o mesmo sujeito que não é o equivalente ao indivíduo, mas àquele afetado pelas estruturas sociais. Desse modo, as estruturas sociais são representadas pelo espaço das discursividade. É através desses espaços que se pode distinguir as formações discursivas que constituem os sujeitos. Esse “deslocar” dos sentidos é constituído nos espaços através das formações discursivas. Entretanto, é importante compreender nesse processo o conjunto de apropriação histórica em que o sujeito vem representar na discursividade pela memória. Nesse ponto, é possível observar as representações sócio-históricas presentes na língua. Além disso, quando Pêcheux (2009) diz que os aspectos ideológicos existentes na luta das transformações das relações de produção, ele localiza, no interior dos aparelhos ideológicos, as formações ideológicas. Assim, o complexo ideológico é o evidencia de que o sentido não existira em si, marcando, assim, as posições ideológicas de cada sujeito. As ideologias surgem através das práticas, que exercem forças de contradições nos espaços discursivos.

Assim, segundo Orlandi (2013), um sujeito assujeitado é aquele submetido às condições simbólicas de poderes, de exclusão, de imposição e de resistência. A memória, desse ponto de vista, sujeito-história-ideologia, significa um aparato que pode demonstrar o desdobramento presente nos sentidos produzidos nos discursos dos sujeitos. Os sentidos estabelecem, nessa perspectiva, um lugar para condições de produção do discurso funcionando paralelamente com o espaço laboral. Ambos são sustentados nos discursos do sujeito operário e sujeito assediado, ao passo que o lugar de produção estabelece sentidos parafrásticos pelos discursos dos sujeitos operários e assediados. Na forma linear, os sentidos produzidos pelo espaço laboral é da limitação do tempo laboral, condição pela qual o sujeito assediador é inserido na relação entre as condições de produção dos discursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade vivida no ambiente de trabalho revela a força permanente da regulação espacial, que possibilita perceber as causas que constituem as posições dos sujeitos nos espaços de discursividade. O sujeito é subvertido de tal forma que perpassa toda a relação entre os sujeitos. O desdobramento dessa discursividade é imprevisível e desorientada em escala generalizada. A violência gerada pelas relações de poder, que utilizam a forma abusiva no ambiente de trabalho, acaba por degradar o ambiente laboral, rebaixa o emocional e moral do sujeito nos processos de discursividade como, por exemplo, o abuso comportamental.

Considerada como umas das questões mais complexas no espaço laboral, o assédio moral no trabalho, como visto, pode afetar a saúde mental dos trabalhadores; e, em sentido amplo, corroborar com quadro de depressão, perda de identidade, desmotivação, dificuldade de relacionamento familiar etc. Portanto, responde à questão norteadora deste estudo, que o abuso comportamental encontra-se relacionado à saúde mental do sujeito operário, pois deixa marcas, mesmo que não apareça nas formas física ou mental. Entretanto, constituem-se como marcas profundas e duradouras e o sujeito pode deixar de levar uma vida normal, inclusive ter perdas que afetam todos os aspectos da sua vida.

A separação da vida pessoal e profissional é apenas uma questão semântica, didaticamente. O conceito de saúde mental ultrapassa a mera ausência sintomática de doenças. O trabalhador assediado moralmente no trabalho pode vir a apresentar um declínio em sua condição social, o que repercute tanto na esfera emocional, social, familiar quanto na saúde e estrutura financeira, além de influenciar negativamente em sua capacidade produtiva.

O sujeito afetado pela discursividade do sujeito assediador pode ainda provocar, no espaço laboral, um declínio da relação entre os sujeitos e, conseqüentemente, acarretar prejuízos para a empresa com a redução da produtividade e do desempenho da equipe. Os aspectos éticos discutidos aqui nas relações e que afetam a ordem de trabalho se tornam argumentos relevantes, sobretudo, para aqueles que as enfrentam. O Assédio Moral no trabalho é uma

temática que implica a saúde ocupacional na vida do sujeito no mundo capitalista contemporâneo.

Existem mecanismos para tentar diminuir a ocorrência ou até mesmo acabar com o assédio no espaço laboral. Neste sentido, cabe as empresas instaurarem um novo olhar para o ambiente de trabalho e um roteiro de condutas para todos os envolvidos no espaço laboral como forma de prevenir o assédio. É essencial também criar equipes multipartidárias que promovam canais de comunicação para ações que, no ambiente de trabalho, sejam saudáveis em todos os aspectos.

Portanto, é necessária a presença de um sujeito capaz de avaliar a relação de tensão entre os envolvidos no processo de assédio e que também deverá possuir um papel na organização de orientação aos funcionários sobre os direitos destes; promover pesquisas referentes à saúde de funcionários; criar uma equipe interna de saúde para monitorar os casos potenciais na empresa. A partir dessa perspectiva, pode incluir valores morais; manter conversas com funcionários e lideranças para se discutir a questão da saúde mental nas organizações e para incentivar os funcionários a denunciarem casos de assédio ao Ministério do Trabalho.

O aumento do número de assédio moral no trabalho no mundo está intimamente relacionado com o aumento da violência de forma geral na vida. No entanto, não deve fazer parte da logística de uma empresa ou de um ambiente de trabalho, pois sua única contribuição seria torná-lo hostil. Nesta premissa, esta tese procurou demonstrar como ocorre o Assédio Moral no trabalho e os tipos existentes, mas, principalmente, preocupou-se em procurar modos mais eficientes de prevenção a seu respeito na discursividade. A legislação sobre o assunto é precária, restando todas as decisões a cargo do judiciário que, muitas vezes, não consegue entender a ótica necessária da questão.

A subjetividade discursiva foi observada superficialmente, do ponto de vista social, condicionando os discursos na forma que a existência do sujeito se desloca dos espaços que o constitui. A investida na relação entre os sujeitos realoca os sentidos dentro de um conjunto discursivo que considera o sujeito líder hierarquicamente superior. A sutileza presente na linha histórico-social é, às vezes, obscurecida pelos discursos autoritários do líder, que assume uma postura austera e impulsiona discursos que refletem sua formação discursiva. Esse tipo de discurso pode gerar desconforto e desequilíbrio no ambiente de trabalho, pois pode tentar

apagar a individualidade do sujeito e restringir suas possibilidades de expressão e participação no espaço laboral. A dominação prevalece na construção da categoria de espaço, subjetivando o tempo e limitando as representações e possibilidades de sentido no ambiente de trabalho. Válido considerar a diversidade de vozes e as perspectivas na construção do espaço e garantir que todos os sujeitos sejam valorizados e respeitados em suas singularidades.

Essas considerações projetam o olhar desta tese sobre o objeto, ou seja, a constituição do dispositivo analítico. A partir do qual, foi procurado o real da materialidade linguística e ideológica presentes nos discursos dos sujeitos assediados moralmente no trabalho. O dispositivo proporcionou uma interpretação a toda a manifestação dos sujeitos. Através deste, foi possível observar como foram constituídos os processos simbólicos nos quais os trabalhadores eram interpelados ideologicamente, nos quais todo o processo de identificação nos discursos está inscrito numa determinada formação discursiva.

Ainda com o dispositivo analítico se procurou explicitar, através das identificações dos sentidos, a constituição dos sujeitos e os espaços de discursividade através da seleção de discursos determinada pelos dados da análise. Esse foi um jogo de ir e vir entre a teoria, as condições de produção, as posições do sujeito e as formações discursivas. Este processo foi o que pode estabelecer a natureza da discursividade presente nesta tese.

O processo da constituição do *corpus* da pesquisa implicou, de alguma forma, no método das análises. Esse processo de construção dispositivo da análise constituiu a partir de uma memória dada, a qual está presente no Estado da Arte. Essa memória foi composta de ditos, interditos, metáforas e paráfrases, e suscetíveis à produção dos discursos nos espaços de discursividade. A memória estabeleceu uma parte essencial da construção do dispositivo analítico, pois a partir da memória discursiva foi possível observar toda a regularidade presente nos discursos e deslocamentos dos sujeitos e as reconstruções metafóricas dos discursos que circulam no espaço laboral. Através da memória discursiva foi possível compreender o processo dos discursivos como significa através das relações do poder das estruturas sociais, que vão influenciar a formação discursiva dos sujeitos dos em uma conjuntura histórica dada.

O último passo para conclusão do dispositivo analítico é o da conclusão da tese. Neste ponto, retomam-se as análises realizadas com o intuito de compreender

a concretude discursiva presente nas análises. Desse modo, enumeram-se ambas análises a seguir:

Em 6.1 a análise descreve como as condições sócio-históricas e discursivas afetam a produção e armazenam os objetos do mundo, pois representam a existência de uma relação de força entre o sujeito e os objetos determinada pelo modo de cooperação no espaço laboral. Na formação discursiva, a compreensão que se tem do sujeito é sobre os seus atributos os quais são influenciados por fatores como o discurso dos pares a respeito da natureza de produção de objetos. As regras na organização do comportamento humano são vistas como o resultado do processo da formação discursiva. Além disso, a relação entre os sujeitos é desigual e está vinculada à autoridade no ambiente de trabalho, enquanto a divisão de trabalho encontra-se fragmentada em formas horizontais, verticais e espaciais.

O discurso 6.2 apresenta a discursividade do poder e a sua influência nas relações sociais especialmente no espaço laboral. Os discursos constituem os costumes cristalizados nas esferas sociais tornando-se normas que afetam as condições de produção existentes nos discursos nas esferas sociais. A limitação da circulação do sujeito no espaço laboral resulta de uma prática de exclusão em fenômenos como racismo, homofobia, xenofobia, entre outros. O sujeito é colocado controlado numa posição de submissão e a prática limitada no espaço laboral. O poder é visto como a expressão de capacidade do sujeito assediador na forma de humilhar ou de impor punições, e pode ser usado inconscientemente na disputa pelos espaços no ambiente de trabalho. A forma como sujeito é posto no discurso o individualiza na organização do trabalho e o poder do sujeito assediador é observado através de suas práticas.

Em 6.3, o papel das emoções e dos afetos nas relações interpessoais no espaço laboral causam Impacto significativo na maneira como sujeitos se comportam no espaço laboral. Além disso, as emoções e os afetos são perceptíveis nas relações entre o sujeito no ambiente de trabalho que influenciam diferentes fatores na socialização, na subjetividade. As subjetividades entre os sujeitos são acionadas nessa discursividade levando-as a uma tensão na relação entre os sujeitos no espaço laboral. Quanto às discursividades das emoções, essas são concomitantes aos discursos pejorativos. Além disso, a discursividade afetiva impacta, significativamente, na relação entre os sujeitos no espaço laboral. As emoções afetam o modo como o

sujeito se relaciona no ambiente de trabalho. Ao se efetuar a análise das relações interpessoais, é importante considerar que os sentidos subjetivos nas relações entre os sujeitos podem ser agravados pela dimensão emocional presente nessas interações. A afetividade é um aspecto fundamental da vida interpessoal e deve ser observada nas análises das relações no espaço laboral, uma vez que essas relações podem gerar efeitos de sentido negativos nos sujeitos envolvidos. Neste sentido, mostra-se fundamental que as empresas e organizações promovam um ambiente saudável e respeitoso, que valorize a diversidade de vozes e perspectivas, e permitam aos sujeitos se expressem e se relacionarem de maneira construtiva e positiva.

Em 6.4, é possível observar a importância da ferramenta da liderança na sociedade, pois visa influenciar os grupos no ambiente de trabalho. A função da liderança consiste em promover uma atmosfera positiva no espaço laboral, algo valioso para a organização da empresa. Historicamente, o conceito de liderança tem sofrido mudanças desde o período da Revolução Industrial, na qual a máquina substituiu o homem, levando-o à redução da importância do sujeito no espaço laboral. Nesse contexto, as corporações precisam adotar modos de motivação para o sujeito operário, o que torna a posição do sujeito líder, na qual a posição desse último é estabelecida com base nas regras hierárquicas da empresa. O líder é o responsável por motivar os sujeitos no ambiente de trabalho. Entretanto, a liderança também prejudica em particular o líder que adota práticas pejorativas ou discriminatórias no espaço laboral, com uso de linguagem ofensiva e injuriosa, cujos efeitos são sentidos negativamente na discursividade. Nas relações de desigualdade, poder, injustiça social da liderança, essas discursividades são cruciais na dinâmica entre grupos sociais, pois, permitem influenciar as personalidades nas relações de poder entre os sujeitos no espaço laboral.

Nas formas dos espaços, a discursividade da relação entre o sujeito no espaço laboral surge no contexto de produção do discurso influenciada pela formação do sujeito por meio das práticas autoritárias e repressivas. Outrossim, os espaços públicos, institucionais e/ou privados têm diversos significados e dimensões sociais que não são isolados na sociedade. Portanto, a noção de espaço deve levar em conta as restrições de circulação que são influenciadas pelas formações discursivas. O espaço é considerado como parte da sociedade capitalista e o uso do discurso na forma coletiva pelos sujeitos do espaço é fundamental na constituição deste. A

circulação dos discursos na sociedade é vista como lugar de condição de produção do discurso e pode oferecer diferentes formas de circulação. Ao se considerar a significação no espaço, pode-se distingui-lo das partes as quais ele pertence na sociedade. No entanto, o cotidiano do sujeito é afetado diretamente pelas relações das formações de subordinação e interlocução, o que caracteriza ser prejudicial à liberdade de expressão e pensamento.

Em *A produção de sentidos*, a formulação destes constituem o processo de discursividade entre o sujeito no espaço de discursividade, uma questão complexa que abrange a relação língua, discurso, sujeito e espaço. De acordo com essa perspectiva, as temáticas linguísticas são as condições materiais na base das quais se desenvolvem os processos discursivos, sendo a língua condição de possibilidade. No entanto, a fronteira entre a língua e o discurso é constantemente colocada em questão em cada prática discursiva, uma vez que os sistemas das discursividades não existe como um bloco homogêneo de regras quando se trata dos espaços de discursividade e relações de forças. Os sujeitos são levados ao deslocamento dos discursos, dos quais são constituídos historicamente através das relações sociais, que vêm constituir a língua. Portanto, os sujeitos são constituídos historicamente através da relação social entre a língua e as condições de possibilidades dos discursos, em que as relações de força de sentidos afetam os sujeitos. Os sujeitos e os sentidos estão em constante movimento, enquanto o espaço pode ser fixo e os deslocamentos dos sentidos ocorrem através das formações ideológicas na qual a língua é constituída historicamente pelo sujeito.

Enfim, o Assédio Moral no Ambiente do Trabalho tem impacto negativo não apenas na vida profissional, mas também na vida pessoal e social dos sujeitos operários. Como ressaltado, é importante a criação de mecanismo para prevenir o Assédio Moral no Trabalho através de equipes multipartidárias, criação de canais de comunicação e avaliação atenta das práticas dos sujeitos envolvidos no processo de assédio. Além disso, convém valorizar a relação entre os sujeitos no espaço de discursividade.

Em suma, a formação de discursiva influencia a compreensão que o sujeito tem de si mesmo e de seus atributos nas relações entre os sujeitos, visto que essa relação é constituída de forma desigual, baseada tão somente na autoridade no ambiente laboral. O poder é o aspecto relevante nas relações sociais especialmente

no espaço laboral e resulta em práticas de exclusão ou humilhação ou na forma de disputa pelo espaço no trabalho. As emoções e afetos têm um impacto significativo nas relações interpessoais no ambiente de trabalho, influenciando a subjetividade, a socialização, a atenção e a afetividade. Por último, é fundamental para a análise das relações no ambiente do trabalho a liderança por ser uma ferramenta de peso para influenciar grupos no ambiente de trabalho, capaz de promover uma atmosfera positiva no trabalho, algo de suma validade para uma organização.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ALKIMIM, M. A. **Assédio Moral na relação de emprego**. Curitiba, Juruá, 2008.

BARRETO, M. M. S. **Violência, saúde, trabalho: uma jornada de humilhações**. São Paulo: Educ; 2003.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes Editores, 2006.

BOTELHO, S. P. C. **Assédio Moral no Ambiente de Trabalho**. 2006. Disponível em:
<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1452%3E>. Acesso em: 25 nov. 2021.

Blainey, Geoffrey. Uma **Breve História do Mundo**. Editora Fundamento, 2007.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. **Decreto Legislativo nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. **Decreto Legislativo nº 104**, de 24 de novembro de 1964. Convenção concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão, concluída em Genebra, em 1958, na 42ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1960-1969/decretolegislativo-104-24-novembro-1964-350532-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. **Projeto de lei**, de 23 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o assédio moral. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=28692>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

FERREIRA, H. D. B. **Assédio moral nas relações de trabalho**. Campinas: Russel, 2004.

GREGOLIN, M. R. V. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. R. V.; BARONAS, R. (Orgs.). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos (SP): Claraluz, 2001.

HIRIGOYEN M. F. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2005.

_____. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. 3. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2002.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**. (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Análise de Discurso** – princípios e procedimentos. 11. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2013.

_____. P. Análise de discurso. In: Orlandi, E.; LAGAZZI, S. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: Discurso e textualidade. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* (Orgs.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2015.p.43-51.

_____. (Org.). **Linguagem identidade gênero história**. Rio de Janeiro: Litteris Ed./Quártica Premium, 2011.

RODRIGUES, M. L.; TAFARELLO, P. C. Ideologia e Linguagem. In: MORALIS, E. G. *et al.* (Org.). **Linguagem, comunicação e cultura**. Campinas: Editora RG, 2013.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed., São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.